

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 199/2025
Data: 19/12/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
PORTO DE SANTOS COMEÇA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL E DE BERÇOS PARA NAVIOS	4
PRIMEIROS LEILÕES PORTUÁRIOS DO BRASIL EM 2026 SÃO ANUNCIADOS PELO GOVERNO FEDERAL; VEJA QUAIS SÃO	4
ANP AUTORIZA SANTOS BRASIL A OPERAR COM CAPACIDADE TOTAL NO PORTO DO ITAQUI	5
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
GESSO DO ARARIPE APOSTA NA TRANSNORDESTINA VIA PECÉM EM 2027	6
APÓS SUCESSO NO LEILÃO DA COMPESA, RAQUEL LYRA GARANTE VERBA PARA ADUTORA NO SERTÃO	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS DF	10
PROJETOS APROVADOS PELO FUNDO DA MARINHA MERCANTE TERÃO R\$ 5 BILHÕES DE INVESTIMENTO	10
PORTOS DA REGIÃO NORTE CRESCEM MAIS DE 31% E MOVIMENTAM 12,6 MILHÕES DE TONELADAS EM OUTUBRO	11
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E TAP ALINHAM ESTRATÉGIAS PARA AMPLIAR MALHA AÉREA INTERNACIONAL NO BRASIL	13
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DF	14
RENAN FILHO ENTREGA NESTA SEGUNDA (22) NOVA PONTE JK, QUE DEVOLVE A LIGAÇÃO ENTRE MARANHÃO E TOCANTINS	14
VIA DUTRA AVANÇA EM MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA COM OBRAS ESTRUTURANTES AO LONGO DO EIXO RIO-SÃO PAULO	14
PNL 2050: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONSOLIDA DIAGNÓSTICO E ORIENTA PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	18
EDITORIAL – OS PORTOS DO NORTE E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA	18
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA O FUTURO QUE JÁ COMEÇOU: 7 INSIGHTS ESTRATÉGICOS PARA A DÉCADA DA CONVERGÊNCIA (2026-2035)	19
NACIONAL HUB – CURTAS PESQUISA EM PE CONFIRMA LIDERANÇA DE HUMBERTO COSTA NA DISPUTA PELO SENADO	21
<i>Rumo ao Senado</i>	21
<i>Elevada indefinição</i>	21
<i>Curitiba-Lisboa</i>	21
<i>Voos diretos para o Norte e o Nordeste</i>	22
<i>Diálogo contínuo</i>	22
LULA DIZ QUE VETARÁ PL DA DOSIMETRIA APROVADO PELO SENADO	22
“SE TIVER FILHO MEU METIDO NISSO, SERÁ INVESTIGADO”, DIZ LULA SOBRE FRAUDE NO INSS	23
HADDAD DIZ QUE ORÇAMENTO DE 2026 É “CRÍVEL” E NEGA INCOERÊNCIAS	24
MESA DA CÂMARA CASSA EDUARDO BOLSONARO E ALEXANDRE RAMAGEM	25
LULA SOBRE IMPASSE DA DIREITA: “ESTÃO EM DÚVIDA PORQUE SABEM QUE PERDERÃO AS ELEIÇÕES”	27
PRESIDENTE DIZ QUE NÃO DESISTIU DE PACHECO PARA O GOVERNO DE MINAS GERAIS	28
PNL 2050 TRAÇA DIAGNÓSTICO DO TRANSPORTE E ORIENTA INVESTIMENTOS DE LONGO PRAZO	29
PNL APOSTA EM PORTOS E FERROVIAS PARA SUSTENTAR CRESCIMENTO DO TRANSPORTE DE CARGAS	30
CODERN É RECONHECIDA PELO TCU POR EXCELÊNCIA EM TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO	32
TCU FISCALIZA CONTRATO DO PORTO DE SANTOS COM EMPRESA DO GRUPO CESARI	33
PORTOS DA REGIÃO NORTE CRESCEM 31% E MOVIMENTAM 12,6 MILHÕES DE TONELADAS	34
BRASIL AMPLIA DEBATE SOBRE CONVENÇÕES MARÍTIMAS APÓS RECONDUÇÃO AO CONSELHO DA IMO	35
FUNDO DA MARINHA MERCANTE APROVA NOVOS PROJETOS; INVESTIMENTO CHEGA A R\$ 5 BI	37
ANTT APROVA PRIMEIRAS CONCESSÕES DE FERROVIAS DESDE 2021 E DESTRAVA PROJETOS	38
CONGONHAS COMPLETA DOIS ANOS SOB GESTÃO PRIVADA E PROJETA R\$ 2,4 BI EM INVESTIMENTOS	39
OPERAÇÃO FIM DE ANO REFORÇA FISCALIZAÇÃO EM AEROPORTOS DE 15 ESTADOS	40
PETROBRAS FIRMA PARCERIA COM LIGHTSOURCE BP E ENTRA NA GERAÇÃO SOLAR EM ESCALA COMERCIAL	41
IBOVESPA SOBE COM ALÍVIO PONTUAL, MAS SEGUE PRESSIONADO POR RISCO POLÍTICO	42
COMUNICAÇÃO & MARKETING VESTIR-SE MELHOR É VANTAGEM COMPETITIVA? O IMPACTO DA IMAGEM NO SUCESSO PROFISSIONAL	44
COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO VESTIR-SE MELHOR É VANTAGEM COMPETITIVA? O IMPACTO DA IMAGEM NO SUCESSO PROFISSIONAL	46
PF CUMPRE 16 MANDADOS DE PRISÃO EM FASE DE OPERAÇÃO CONTRA FRAUDES NO INSS	48
UNIÃO EUROPEIA ADIA DECISÃO SOBRE ACORDO COM MERCOSUL	49
JORNAL O GLOBO – RJ	51
CONGRESSO APROVA ORÇAMENTO DE 2026, COM R\$ 61 BILHÕES PARA EMENDAS PARLAMENTARES E SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 1.621	51



ALCKMIN DEFENDE ACORDO MERCOSUL-UE E DIZ ESPERAR ADIAMENTO CURTO DA ASSINATURA	53
EVE, DA EMBRAER, FAZ PRIMEIRO VOO-TESTE DE SEU CARRO VOADOR EM SÃO PAULO	54
TANURE PEDE QUE DENÚNCIA CONTRA ELE SUBA AO STF POR POSSÍVEL RELAÇÃO COM BANCO MASTER	55
O ESTADO DE SÃO PAULO SP	56
INVERSÃO DE PAPÉIS: MINISTROS DO STF E DO TCU TENTAM TRANSFORMAR BC EM INVESTIGADO NO CASO MASTER	56
FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS ENTRAM EM GREVE EM 9 ESTADOS; VEJA IMPACTO NAS ENTREGAS DE FINAL DE ANO	58
TERRAS RARAS: PROJETOS DE MINERADORAS AUSTRALIANAS NO SUL DE MINAS RECEBEM LICENÇA PRÉVIA	59
CASO MASTER: FEBRABAN DIZ TER 'PLENA CONFIANÇA' NO BC, APÓS TCU QUESTIONAR LIQUIDAÇÃO DO BANCO	60
VALOR ECONÔMICO (SP).....	60
FEBRABAN DIZ QUE DEPOSITA PLENA CONFIANÇA NAS DECISÕES DO BC	60
STF DECIDE QUE MARCO TEMPORAL PARA DEMARCAR TERRAS INDÍGENAS É INCONSTITUCIONAL	61
BNDES LIBEROU R\$ 5,2 BILHÕES PARA ALONGAR DÍVIDAS RURAIS	62
LULA MANDA INDIRETA AOS EUA E SE IRRITA COM FALHAS EM INAUGURAÇÃO DE PONTE ENTRE BRASIL E PARAGUAI	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	64
DERROCAGEM DE ROCHA SUBMERSA É REINICIADA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	64
FABRICANTE CHINESA DE BATERIAS AVALIA INVESTIMENTOS EM PROGRAMAS DE ENERGIA LIMPA EM SUAPE	65
COM ALTA DE MAIS DE 4%, PORTOS DO NORDESTE MOVIMENTARAM 7,7 MILHÕES DE TONELADAS EM OUTUBRO.....	65
RONALDO TARANTO ASSUME CARGO DE MANAGING DIRECTOR (MD) – SAAR GLOBAL ANUNCIA INCORPORAÇÃO À HOLDING SUÍÇA IMA	66
RENOVAÇÃO DA FROTA DA TRANSPETRO PREVÊ CONFIGURAÇÃO MULTICOMBUSTÍVEL	67
SAAM TOWAGE RECEBE CERTIFICAÇÃO POR OPERAÇÕES NEUTRAS EM CARBONO NO BRASIL	68
CLIPPERSHIP CONTRATA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÃO AUTÔNOMA MOVIDA À ENERGIA EÓLICA	68
ENGORDAMENTO DA PRAIA DE ITAPOÁ, PARTE DAS OBRAS NO ACESSO À BABITONGA, ATINGE 50% DO PREVISTO	69
CAIO MOREL E SERGIO SALOMÃO - ABRATEC	69
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	70
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	70



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PORTO DE SANTOS COMEÇA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO CANAL E DE BERÇOS PARA NAVIOS

Serviço da Autoridade Portuária segue até fevereiro para conter assoreamento e garantir a profundidade do canal de navegação

Por ATribuna.com.br 19 de dezembro de 2025



Na última campanha de dragagem, em julho, houve a retirada de 400 mil metros cúbicos de sedimentos (APS/Divulgação)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) começa no domingo um serviço programado de dragagem de manutenção do canal de navegação e de berços de atracação de navios do Porto de Santos. Trata-se de uma campanha sazonal, realizada nos períodos de maior intensidade de deposição de sedimentos: verão (devido às chuvas) e inverno (devido às ressacas).

O serviço está previsto para seguir até 28 de fevereiro do próximo ano e visa manter a profundidade do Porto em 15 metros. “A dragagem é uma medida essencial justamente para manter a competitividade do complexo portuário e as condições ideais de navegação e atracação”, lembra o presidente da APS, Anderson Pomini. “Ao mesmo tempo em que mantemos a atual profundidade, já estamos fazendo o aprofundamento do canal para 16 metros, com obras de derrocamento”, ressalta o presidente, citando a retirada de rochas que estão no fundo do canal de navegação, que está em fase de finalização do projeto executivo.

O Porto de Santos está situado em um estuário que recebe volume significativo de sedimentos que podem provocar assoreamento e reduzir a profundidade do canal, principalmente em razão de chuvas, em especial as tempestades de verão, e de eventos oceanográficos de grande intensidade, como ressacas. Assim, a dragagem de manutenção é fundamental para assegurar a eficiência das operações portuárias.

A APS realizou sua última campanha de dragagem em julho deste ano, com a retirada de cerca de 400 mil metros cúbicos (m³) de sedimentos. O material retirado do fundo do canal é descartado no Polígono de Disposição Oceânica (PDO), área localizada a aproximadamente 12 km da entrada do Porto, licenciada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para receber esses materiais.

As atividades estão amparadas pela Licença de Operação 1382/2017, expedida pelo Ibama.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 19/12/2025

PRIMEIROS LEILÕES PORTUÁRIOS DO BRASIL EM 2026 SÃO ANUNCIADOS PELO GOVERNO FEDERAL; VEJA QUAIS SÃO

Certame marcado para fevereiro reúne quatro terminais em diferentes regiões do País e prevê R\$ 229 milhões em investimentos

Por ATribuna.com.br 19 de dezembro de 2025

Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, estão previstos R\$ 21,13 milhões em área destinada a granel sólido (Portos RS/Divulgação)



O Governo Federal promete fazer o primeiro bloco de leilões de terminais portuários de 2026 no dia 26 de fevereiro, na Bolsa de Valores (B3), em São Paulo. Com investimentos que somam R\$ 229 milhões, os quatro terminais que compõem o bloco estão localizados em Macapá (AP), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Recife (PE). Esses portos concentram movimentação de cereais, graneis, minerais e passageiros.

“Esse primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma visão de longo prazo para a infraestrutura aquaviária brasileira. São projetos que fortalecem a integração regional e transformam infraestrutura em desenvolvimento”, destacou o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias, após o anúncio, na última quarta-feira.

Para o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, o primeiro bloco de terminais chama atenção pela diversidade de cargas movimentadas. Ávila disse também que já se prepara para os certames seguintes. “Este será o primeiro leilão de 2026, mas a Secretaria já está trabalhando em outros leilões, como o do terminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, que foi aprovado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) e será leiloado em março”, afirmou o secretário.

Detalhes

O terminal de passageiros do Recife (PE), TMP Recife, tem previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão. O terminal de Recife, juntamente com os de Fortaleza (CE), Maceió e Salvador (BA), deverá fortalecer um circuito de cruzeiros nordestinos.

O Porto de Santana tem papel importante no estado do Amapá e na região Norte, destinado especialmente ao escoamento da produção de grãos da região e cavaco de madeira. A previsão de investimentos no MCP01 é de R\$ 150,2 milhões e um período de 25 anos de concessão.

Já para o POA26, localizado na Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre (RS), estão previstos R\$ 21,13 milhões pelo arrendamento da área, destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido, com prazo de dez anos de concessão.

Destinado ao escoamento de graneis minerais, especialmente minério de ferro, o terminal NAT01, localizado em Natal (RN), tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Juntamente com outros portos da região, reforça a movimentação portuária no Nordeste.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 19/12/2025

ANP AUTORIZA SANTOS BRASIL A OPERAR COM CAPACIDADE TOTAL NO PORTO DO ITAQUI

Terminal de graneis líquidos passa a funcionar no limite máximo após investimentos de R\$ 850 milhões

Por ATribuna.com.br 19 de dezembro de 2025

A Santos Brasil recebeu autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para operar com a capacidade total de seu terminal de graneis líquidos no Porto do Itaquí (MA), após concluir obras de expansão.

A companhia conta com cerca de 200 mil metros cúbicos (m³) de capacidade, fruto de investimentos superiores a R\$ 850 milhões iniciados em 2021, quando arrematou o ativo em leilão na Bolsa de Valores (B3).



Operações em Itaqui, no Maranhão, começaram em 2022 com 54 mil m³ e desde então vêm evoluindo (Santos Brasil/Divulgação)

A ANP também autorizou a entrada em operação de três novas linhas de píer, que proporcionarão ainda mais eficiência e agilidade aos serviços. Cada linha, com 14 polegadas de diâmetro, permite carregamento e descarga dos navios com alta vazão, reduzindo o tempo total de operação e, consequentemente, o custo de demurrage (gastos com sobre-estadia) para os clientes.

Em julho, a Santos Brasil foi credenciada pela Receita Federal para operar como entreposto aduaneiro na importação e exportação de grânéis líquidos no porto maranhense. A habilitação dispensa o pagamento imediato de tributos sobre o volume total importado, permitindo que a nacionalização seja feita em quantidades fracionadas. Já a reexportação pode ocorrer sem necessidade de nacionalização, o que garante maior flexibilidade aos clientes e otimiza o fluxo de caixa de suas operações.

A entrada da companhia no segmento de grânéis líquidos ocorreu em 2021, com a aquisição, em leilão, de três terminais no Porto do Itaqui, hoje unificados.

Fonte: A Tribuna Digital SP

Data: 19/12/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

GESSO DO ARARIPE APOSTA NA TRANSNORDESTINA VIA PECÉM EM 2027

O setor gesseiro de Pernambuco começa a se articular para escoar a sua produção pelo trecho cearense da Ferrovia Transnordestina, que deve chegar ao Porto de Pecém, na Grande Fortaleza, em 2027. "O início da operação da Transnordestina, no Ceará, vai ajudar o setor a chegar em mais mercados, abrindo um mundo novo de oportunidades [...]"

Por Ângela Fernanda Belfort De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



O trecho da Ferrovia Transnordestina que vai para o Porto de Pecém deve ser concluído em 2027. Foto: TLISA/Divulgação

O setor gesseiro de Pernambuco começa a se articular para escoar a sua produção pelo trecho cearense da Ferrovia Transnordestina, que deve chegar ao Porto de Pecém, na Grande Fortaleza, em 2027. "O início da

operação da Transnordestina, no Ceará, vai ajudar o setor a chegar em mais mercados, abrindo um mundo novo de oportunidades para o polo do Araripe", resume o presidente do Sindicato da Indústria do Gesso de Pernambuco (Sindusgesso-PE), Jorbeth Granja.

Antiga reivindicação do setor gesseiro, a Ferrovia Transnordestina é fundamental para a expansão do setor, segundo três empresários entrevistados nesta matéria. O polo se concentra na região do

Sertão do Araripe e está perdendo espaço para a gipsita/gesso produzidos na Espanha e até no Maranhão. “Hoje, o Sul e Sudeste do Brasil importam a gipsita da Espanha, que sai mais barata do que a do Araripe por causa do transporte”, resume Jorbeth.

Segundo ele, ainda não é público quais empresas estão conversando com a TLISA para escoar a produção por Pecém, mas toda a indústria gesseira, de maneira geral, vai ter interesse em transportar o minério pelo trem. “A tendência é a produção de gipsita crescer com a ferrovia. É muito importante para o setor que precisa de um transporte mais barato e eficiente”, comenta Jorbeth, acrescentando que isso ainda é “uma expectativa futura”.

O sócio da SM Gesso, Fábio Monteiro, diz que o ramal ferroviário que chegar primeiro à região, vai receber a carga do polo. “Vai ser muito bom o gesso chegar a Fortaleza de trem. A expectativa é de que fique até 40% mais barato do que o frete rodoviário”, comenta o empresário, acrescentando que também é importante o ramal ferroviário pernambucano – o trecho Salgueiro-Suape – sair do papel, “porque seria mais uma opção de transporte” para o Araripe. A SM Gesso fica na cidade de Trindade.

As obras da Transnordestina A Ferrovia

Transnordestina está em obras desde 2006. A ferrovia começa em Eliseu Martins, no Sul do Piauí, passa por várias cidades até chegar em Salgueiro, Sertão Central de Pernambuco, onde começa uma grande reta que vai até o Porto de Pecém. No projeto original, tinha um trecho ligando Salgueiro ao Porto de Suape, em Pernambuco, que foi retirado do projeto pela empresa Transnordestina Logística S.A. (TLISA), que está à frente da construção do empreendimento.

Membro da Academia Nacional de Engenharia, o especialista em transporte Maurício Pina lamentou a carga pernambucana do gesso estar indo para o Ceará. “Do ponto de vista da economia, independente de ser uma carga pernambucana, seria mais vantajoso essa carga ir para o Porto de Suape – que está 80 km mais próximo do Araripe do que o Porto de Pecém”, resume.

O especialista lembra também que mesmo sendo mais curto o trecho Salgueiro-Suape da Transnordestina pode ter um percurso mais caro, se for implantado como está no projeto, que prevê o uso de helper – uma terceira locomotiva que vai puxar o trem por 88 km por causa de um declive maior no traçado pernambucano.

O trecho cearense não precisa de helpers. “Depois que a carga do gesso for para o Ceará, vai ser difícil voltar pra ferrovia pernambucana. Os contratos com a empresa do Ceará devem ser por um prazo longo”, explica Maurício.

O trecho pernambucano da Transnordestina está com as obras paralisadas desde 2016. A abertura das propostas da licitação para a retomada das obras vai ocorrer em janeiro e prevê somente a implantação da infraestrutura – que inclui a terraplenagem, drenagem e obras de artes especiais – num trecho de 73km entre Custódia e Arcoverde. Dos 544km do trecho pernambucano, somente 179 km foram finalizados. É uma obra que não tem data para a sua conclusão.



O polo gesseiro do Araripe tem o potencial de escoar 1 milhão de toneladas por ano. Foto: Sindusgesso/Divulgação

Potencial de carga do gesso para a Transnordestina

Na quarta-feira (17), o presidente da TLISA, Tufi Daher Filho, afirmou, numa entrevista exclusiva ao Movimento Econômico, estar conversando com empresas do polo gesseiro e que vai fazer um teste com o calcário agrícola – fabricado a partir da gipsita, levando o produto da cidade de Trindade, no polo do Araripe, até o Sul do Piauí, em janeiro de 2026.

Segundo Tufi, no plano de negócios da TLSA, foi colocado que há um potencial para transportar 1 milhão de toneladas de carga de gipsita/gesso por ano. Na mesma entrevista, Tufi afirma que a empresa vai implantar um entreposto comercial da Ferrovia Transnordestina – do trecho Eliseu Martins (PI)-Pecém (CE) na cidade de Salgueiro.

“O impacto desse entreposto será gigante. Não há lugar melhor para um entreposto da Transnordestina do que Salgueiro. Este sempre foi o nosso objetivo”, argumenta o prefeito de Salgueiro, Fábio Lisandro (PSB). A cidade “se prepara” para receber um entreposto da ferrovia há mais de duas décadas. “Soubemos pela matéria dessa intenção da TLSA, vamos entrar em contato com a empresa”, diz Fábio.

A TLSA tem um terreno cortado pela ferrovia em Salgueiro, onde funcionou a fábrica de dormente da empresa. Esta área poderia ser usada para implementar o entreposto comercial. “Tem um estudo do Sindicato dos Petroleiros mostrando que Salgueiro seria o melhor ponto para uma central de combustíveis a ser abastecida pela ferrovia. Esta também seria uma maneira da distribuidora vibra – que foi da Petrobras – aumentar a sua participação de mercado no Matopiba”, comenta Fábio.

O Matopiba é uma fronteira agrícola instalada na região formada pelo Sul do Piauí, Sul do Maranhão, Oeste baiano e parte do Tocantins. A transnordestina cearense levaria o combustível ao Sul do Piauí e, a partir disso, o combustível seria distribuído por caminhão.

Segundo o presidente da Agência do Desenvolvimento Econômico e Social do Araripe (Adesa), Daniel Torres Araripe, o entreposto da ferrovia em Salgueiro é natural por estar geograficamente no entroncamento entre a ferrovia que vem do Piauí, vai para o Ceará e a proximidade com as BRs 232 e 116, “que sobe para o Ceará e desce para a Bahia”. Ele diz que o impacto será significativo na região.

Daniel defende também um entreposto, no Araripe, da ferrovia que vai para o Pecém. “O Araripe tem gesso, calcário, uma fronteira agrícola na divisa do Ceará com Pernambuco, uma fábrica de cimento que pode ser retomada com a ferrovia. Poderia embarcar o gesso e trazer, como carga de retorno, o fertilizante para a região do Matopiba”, argumenta o executivo.

“O trecho Salgueiro-Suape vai levar 10 anos para se concretizar. O Araripe não pode esperar 10 anos. Os empresários do setor vão pegar o que já tem a disposição que é o trem que vai chegar a Pecém”, comentou Daniel. “Quando o trecho pernambucano da Transnordestina for concluído, será outra realidade”, finaliza.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/12/2025

APÓS SUCESSO NO LEILÃO DA COMPESA, RAQUEL LYRA GARANTE VERBA PARA ADUTORA NO SERTÃO

Visivelmente emocionada, Raquel Lyra classificou o momento como vitorioso e um divisor de águas na história do Estado

Da Redação ME redacao@movimentoeconomico.com.br



Raquel Lyra bate martelo em leilão da Compesa na B3/Foto: Instagram/Reprodução

O leilão parcial da Companhia de Saneamento de Pernambuco (Compesa), realizado na B3 nesta quinta-feira (18), que consagrou a BRK Ambiental, Acciona e o Fundo Pátria como grandes vencedores da disputa, foi interpretado como uma vitória política e administrativa para a governadora Raquel Lyra. Visivelmente emocionada, ela classificou o momento como um divisor de águas na história do Estado.



“Hoje é um dia histórico para Pernambuco. É o início de uma nova era. Nós vamos transformar sofrimento em dignidade, em vida com água na torneira para cozinhar, para tomar banho, para estudar”, afirmou, com a voz embargada, durante o discurso na sede da B3.

Segundo a governadora, o modelo de concessão foi estruturado para gerar impacto social imediato. A BRK assumiu o compromisso de investir R\$ 19 bilhões ao longo do contrato, com a aplicação de 70% desse montante nos cinco primeiros anos. “Esse é o maior projeto de concessão estruturado com o apoio do BNDES. E tudo o que entra pela outorga vai retornar para a população em infraestrutura hídrica. Isso é política pública com coragem, técnica e compromisso social”, disse.

Ao relembrar cenas recorrentes de escassez hídrica no Agreste e na Região Metropolitana do Recife, Raquel Lyra destacou que a população não pode continuar sendo obrigada a escolher entre pagar uma conta básica ou comprar um caminhão-pipa para garantir água em casa.

A governadora assegurou que os R\$ 3,5 bilhões arrecadados com a outorga serão integralmente destinados a investimentos em infraestrutura hídrica. A primeira obra anunciada será a implantação da adutora Petrolina–Afrânio–Dormentes, no Sertão do São Francisco, considerada estratégica para reforçar a segurança hídrica da região.

Durante o discurso, Raquel citou casos emblemáticos de comunidades da Zona Rural que chegaram a passar até três anos sem acesso à água encanada, além de mães que deixaram de enviar os filhos à escola por não terem condições mínimas de higiene. “Ainda hoje existem cidades em Pernambuco onde a água nunca chegou. Famílias que vivem de balde e bacia, com crianças que crescem sem saber o que é um chuveiro”, afirmou.

Ela também agradeceu a articulação política que viabilizou o projeto, destacando o apoio da Assembleia Legislativa, de prefeitos e da bancada federal. Ao encerrar a fala, fez uma promessa direta à população: “Vou voltar ao Sertão com novas notícias. Os investimentos vão começar de imediato. Que as lágrimas do sofrimento se transformem em lágrimas de alegria, porque o tempo da água chegou”.

Apreensão inicial com leilão foi superada

O secretário de Recursos Hídricos de Pernambuco, Almir Cirilo, também avaliou de forma positiva o resultado do leilão da subconcessão da Compesa. Segundo ele, a apreensão inicial quanto ao interesse do mercado foi superada pela qualidade dos grupos habilitados e pelo desfecho do certame.

Os contratos da concessão devem ser assinados em até 180 dias após a homologação do leilão, conforme o padrão regulatório do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e as normas da B3 para concessões de saneamento. A expectativa do governo é que a formalização ocorra entre fevereiro e maio de 2026, ainda condicionada à aprovação final do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE).

Cirilo afirmou que esperava maior concorrência, especialmente no bloco da Região Metropolitana do Recife, onde apenas um grupo apresentou proposta. Ainda assim, considerou o valor de R\$ 3,5 bilhões compatível com o nível de competição observado. “No Sertão houve mais disputa, mas os valores ofertados ficaram dentro do esperado. O que nos deixa mais tranquilos é saber que Pernambuco estará em boas mãos”, afirmou.

Apesar da ausência de disputa efetiva por parte do consórcio liderado pela Aegea, o secretário avaliou que os compromissos assumidos no contrato, especialmente os relacionados à universalização do abastecimento, são robustos. O governo estadual, segundo ele, fará acompanhamento rigoroso para garantir o cumprimento do investimento de R\$ 19 bilhões ao longo da concessão, com ênfase nos primeiros cinco anos.

Quatro grupos chegaram a ser habilitados para o leilão — Aegea, Pátria, BRK/Acciona e Cymi/Vinci —, mas apenas os consórcios BRK/Acciona e Pátria avançaram na disputa efetiva pelos blocos Pajeú e Sertão. A Aegea apresentou proposta inicial, mas não entrou na fase de lances, movimento semelhante ao recuo de última hora da Equatorial.

O secretário ressaltou ainda que o Estado seguirá com atuação relevante no setor hídrico. “Historicamente, Pernambuco foi um dos estados que mais investiram em infraestrutura hídrica no Nordeste. Continuamos investindo, inclusive com obras recentes em parceria com o governo francês, como a construção de barragens estratégicas”, afirmou.

Na etapa seguinte, será estruturada a operação da nova concessionária em conjunto com a Compesa. “Estamos planejando um amplo processo de capacitação e treinamento, para garantir que a transição ocorra com responsabilidade e qualidade na prestação dos serviços”, concluiu.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 19/12/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS DF

PROJETOS APROVADOS PELO FUNDO DA MARINHA MERCANTE TERÃO R\$ 5 BILHÕES DE INVESTIMENTO

Volume total aprovado em 2025 chega a R\$ 32,1 bilhões, o maior desde a criação do Fundo



Durante a reunião, também foram apresentados os resultados do FMM em 2025 Foto: Divulgação

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), por meio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), aprovou 25 novos projetos que somam R\$ 3,8 bilhões em investimentos e reapresentou nove outros no valor de R\$1,2 bilhão, durante a 61ª Reunião Ordinária realizada nesta quarta-feira (17). No acumulado de 2025, o Fundo já alcança R\$ 32,1 bilhões em projetos aprovados um recorde histórico desde sua criação, em 1958. As iniciativas têm potencial para gerar 9.662 empregos diretos e fortalecer a indústria naval e a navegação interior do país.

Entre os principais projetos aprovados, está o da Mobile Port Logística e Navegação Ltda., que prevê a construção de 93 embarcações, sendo 86 balsas, dois rebocadores, quatro empurradores e uma estação de transbordo flutuante totalizando R\$ 1,07 bilhão em investimentos, com impacto direto na logística do Arco Norte.

Também foi aprovado o projeto da Transpetro para a construção de 36



embarcações (18 barcas e 18 empurradores), no valor de R\$ 616 milhões, atualmente em fase de licitação.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado confirma o compromisso do Governo Federal com a retomada do setor naval. “O Fundo da Marinha Mercante é um instrumento estratégico para fortalecer a indústria naval, modernizar a frota brasileira e ampliar a eficiência logística do país. Esses investimentos geram emprego, renda e promovem o desenvolvimento regional”, afirmou.

Segundo o secretário executivo do MPor e presidente do CDFMM, Tomé Franca, os projetos refletem o alinhamento do Fundo às prioridades do setor. “As decisões do Conselho fortalecem a navegação interior, ampliam a capacidade logística do país e garantem previsibilidade aos investimentos. O Fundo cumpre um papel essencial ao apoiar desde a modernização da frota até a melhoria da infraestrutura portuária”, destacou.

Durante a reunião, também foram apresentados os resultados do FMM em 2025. Um total de R\$ 7,3 bilhões já foi contratado no ano, o maior volume dos últimos 13 anos. Até novembro, os recursos de crescimento somaram R\$ 1,5 bilhão, consolidando a retomada da indústria naval e a atuação estratégica do Fundo.



Investimentos do Fundo Clima

O FMM também destinou R\$ 4,2 bilhões ao Fundo Clima (EcoInvest), voltados à modernização de hidrovias e portos, ao apoio a comunidades ribeirinhas e à redução das emissões de carbono no setor aquaviário.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, a iniciativa demonstra o compromisso ambiental da pasta. “A descarbonização da navegação e da infraestrutura aquaviária é um eixo central da política pública que estamos construindo. Direcionar recursos para projetos mais eficientes, com menor impacto ambiental e forte integração com a

bioeconomia, especialmente na Amazônia, é fundamental para tornar o transporte aquaviário mais competitivo e sustentável”, concluiu.

Próximos passos

A próxima rodada de análise de projetos ocorrerá na 62ª Reunião Ordinária do CDFMM, marcada para 19 de março de 2026. As propostas poderão ser apresentadas até 19 de janeiro de 2026.

Após aprovação, os empreendimentos terão até 450 dias para formalizar a contratação do financiamento, prazo que pode ser reduzido para 180 dias em caso de prorrogação.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 19/12/2025

PORTOS DA REGIÃO NORTE CRESCEM MAIS DE 31% E MOVIMENTAM 12,6 MILHÕES DE TONELADAS EM OUTUBRO

Resultado é impulsionado pela navegação interior e pela expansão da cabotagem, com destaque para o transporte de contêineres



O resultado da Região Norte acompanha o bom momento do setor portuário brasileiro
Foto: Ascom/MPor

Os portos da Região Norte do Brasil movimentaram 12,6 milhões de toneladas de cargas em outubro de 2025, volume 31,46% superior ao registrado no mesmo período de 2024, quando a movimentação somou 10,2 milhões de toneladas. Os números, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), confirmam a trajetória de crescimento da

atividade portuária na região.

Segundo o levantamento feito pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o avanço foi impulsionado principalmente pela navegação interior, que respondeu por 7,4 milhões de toneladas, crescimento de 25,28% na comparação anual. A modalidade tem papel fundamental na integração logística regional, especialmente no escoamento da produção agrícola e mineral.

Portos da Região Norte Outubro 2025

A navegação de cabotagem também apresentou desempenho positivo, com alta de 26,71% em relação a outubro do ano anterior, totalizando 872 mil toneladas movimentadas. O principal destaque foi o transporte de contêineres, que registrou crescimento de 128%, evidenciando o fortalecimento da cabotagem como alternativa logística eficiente, sustentável e competitiva.



Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os dados demonstram que investimentos estratégicos na região são importantes também para a logística nacional. “O desempenho da Região Norte reflete os investimentos em infraestrutura portuária e logística e reforça o papel dos portos como vetores de desenvolvimento econômico, integração regional e ampliação da competitividade das exportações brasileiras”, afirmou.

Movimentação

A navegação de longo curso alcançou 4,4 milhões de toneladas, crescimento de 19,22% na comparação com outubro de 2024, mantendo papel relevante no fluxo de exportações da Região Norte.

Entre as principais mercadorias movimentadas no período, o milho liderou com 3,8 milhões de toneladas, seguido pela bauxita, com 1,9 milhão de toneladas, e pelos contêineres, que somaram aproximadamente 1 milhão de toneladas.

No recorte por terminal, o Porto de Vila do Conde (PA) registrou o maior volume movimentado em outubro, com 1,8 milhão de toneladas. Na sequência, o Porto de Santarém (PA) alcançou 1 milhão de toneladas movimentadas no período.

Crescimento nacional

O resultado da Região Norte acompanha o bom momento do setor portuário brasileiro. Segundo a Antaq, os meses de setembro e outubro registraram movimentações de 120,4 milhões e 121,5 milhões de toneladas, respectivamente, os maiores volumes da série histórica.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 19/12/2025

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS E TAP ALINHAM ESTRATÉGIAS PARA AMPLIAR MALHA AÉREA INTERNACIONAL NO BRASIL



Companhia aérea portuguesa celebrou recorde de mais de 2 milhões de passageiros transportados nas rotas com o Brasil

Diálogo permanente entre o governo brasileiro e a TAP para ampliar voos
Foto: Jonilton Lima/MPor

Nesta quarta-feira (17), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, se reuniu com o diretor da TAP Air Portugal para as Américas, Carlos Antunes, para tratar sobre a abertura de novas rotas e a descentralização da

malha aérea para regiões estratégicas, como o Norte e o Nordeste.

A reunião consolidou o diálogo permanente entre o governo brasileiro e a companhia aérea, que tem gerado resultados para a economia nacional. Fruto dessa parceria e do aquecimento do mercado brasileiro, a TAP atingiu, em 2025, a marca histórica de 2.066.001 passageiros transportados nas rotas com o Brasil, o maior volume da história da empresa.



Outro ponto importante do encontro foi a discussão sobre a ampliação da conectividade no Norte e Nordeste. O ministro e o diretor TAP debateram estratégias de "conectividade criativa" para superar desafios logísticos e oferecer mais opções de voos, reduzindo a dependência de conexões no eixo Rio-São Paulo. Segundo Carlos Antunes, o plano para 2026 prevê um olhar atento para essas regiões.

Segundo o ministro Silvio Costa Filho, o governo federal, por meio do MPor, segue intensificando as articulações para ampliar a oferta de voos internacionais e fortalecer o turismo estrangeiro no Brasil. "Os números validam o esforço do MPor em criar um ambiente de negócios favorável à expansão das operações aéreas. Nossa missão é garantir que o Brasil esteja cada vez mais conectado ao mundo. Esse diálogo constante com a TAP é essencial para tirarmos do papel novas rotas, que fortaleçam o turismo e gerem emprego. O recorde de passageiros mostra que estamos no caminho certo, destacou.

"Nossa missão é garantir que o Brasil esteja cada vez mais conectado ao mundo"
Silvio Costa Filho

Retomada em Curitiba

Durante o encontro, o diretor da TAP confirmou a retomada da rota direta entre Curitiba (PR) e Lisboa, com início previsto para 2 de julho de 2026, com três frequências semanais. A medida atende

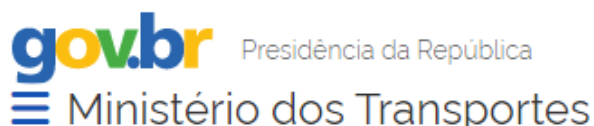


a uma demanda antiga do estado e reforça a política do ministério de internacionalizar aeroportos fora do eixo Rio-São Paulo.

Carlos Antunes reafirmou que a interlocução com o MPor tem sido decisiva para o planejamento da companhia. "O Brasil é o nosso maior mercado global e queremos ampliar nossa presença. A parceria com o governo é fundamental para viabilizarmos esses novos voos".

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério Portos e Aeroportos DF

Data: 19/12/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES DF

RENAN FILHO ENTREGA NESTA SEGUNDA (22) NOVA PONTE JK, QUE DEVOLVE A LIGAÇÃO ENTRE MARANHÃO E TOCANTINS

Obra foi executada em tempo recorde após desabamento da estrutura anterior e recebeu investimento de R\$ 171,97 milhões

O ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega nesta segunda-feira (22) a nova Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira, sobre o Rio Tocantins, que liga os municípios de Estreito, no Maranhão, e Aguiarnópolis, no Tocantins. A obra restabelece a conexão pela BR-226/TO/MA e marca um recomeço para a população, com a retomada da mobilidade e da integração regional.

Executada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a nova ponte recebeu investimento de R\$171,97 milhões e será entregue um ano após o desabamento da estrutura anterior.

Com 630 metros de extensão, a estrutura conta com duas faixas de rolamento, acostamentos, barreiras de proteção e passagem para pedestres, ampliando a segurança e a fluidez do tráfego.

Participam também da cerimônia o governador do Estado do Maranhão, Carlos Brandão, o governador do Estado do Tocantins, Wanderlei Barbosa Castro e o diretor-geral do DNIT, Fabrício Galvão, além de outras autoridades locais.

Cobertura de Imprensa

Não é necessário credenciamento prévio para jornalistas interessados em cobrir o evento.

Serviço

Entrega da Nova Ponte Juscelino Kubitschek de Oliveira

Data: Segunda-feira, 22 de dezembro

Horário: 11h

Local: BR-226/MA/TO Cabeceira da Ponte Estreito (MA)

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério dos Transportes DF

Data: 19/12/2025

VIA DUTRA AVANÇA EM MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA COM OBRAS ESTRUTURANTES AO LONGO DO EIXO RIO-SÃO PAULO

Investimentos de R\$36,04 bilhões na concessão da BR-116/101/RJ/SP ampliam capacidade, melhoram a fluidez do tráfego e reforçam a segurança viária



Obras estruturantes na Via Dutra avançam para aumentar a segurança e a fluidez do tráfego entre Rio e São Paulo. – Foto: Divulgação/Motiva

A concessão da BR-116/101/RJ/SP, que inclui as rodovias Presidente Dutra e Rio-Santos, está em pleno andamento com um robusto programa de investimentos de R\$36,04 bilhões. O trecho de 625,8 quilômetros, administrado pelo grupo Motiva, conecta as duas maiores metrópoles do país e integra importantes

centros urbanos, polos industriais, regiões turísticas e áreas estratégicas para o escoamento da produção nacional.

O programa prevê investimentos de R\$20,77 bilhões em obras de infraestrutura (Capex) e R\$15,27 bilhões em operação e manutenção (Opex), garantindo a modernização das vias e a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários ao longo de todo o período contratual.

Obras estratégicas

O cronograma inclui intervenções que dobrarão a capacidade de tráfego em trechos críticos e aumentarão a segurança viária. Entre as principais obras estão:

- Duplicação e ampliação de capacidade: a BR-101/RJ receberá 80,1 quilômetros de duplicação entre Mangaratiba e Paraty, com conclusão prevista para 2031. Serão implantadas 601,82 quilômetros de faixas adicionais ao longo da concessão: 203 quilômetros na BR-116/RJ, 379,3 quilômetros na BR-116/SP e 33 quilômetros na BR-101/RJ/SP.
- Vias marginais: 144 quilômetros de vias marginais serão construídos para facilitar o acesso às cidades ao longo do trajeto e reduzir conflitos entre tráfego local e de longa distância. Desse total, 104,16 quilômetros estão previstos para a BR-116/SP, 29,26 quilômetros para a BR-116/RJ e 10,58 quilômetros para a BR-101/RJ.
- Nova Serra das Araras: trecho de 8 quilômetros entre Piraí e Paracambi, com investimento de R\$1,555 bilhão e conclusão prevista para fevereiro de 2029. A obra já alcançou 49% de execução e eliminará um dos principais gargalos da Via Dutra.
- Melhorias em São José dos Campos: a região terá faixas adicionais e vias marginais. O primeiro trecho, de 6,74 quilômetros entre os km 151 e 158, está com 84% de execução, com conclusão prevista para dezembro de 2025. O segundo trecho, de 7,9 quilômetros entre os km 143 e 151, já conta com 11% de obras concluídas.
- Infraestrutura complementar: serão construídos 152 dispositivos e interseções, 128 passarelas para pedestres, duas áreas de escape para veículos pesados, quatro Pontos de Parada e Descanso (PPDs) e 2,634 quilômetros de túneis.

O contrato segue vigente e as principais obras estruturantes estão dentro do cronograma. A Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário (SNTR) mantém monitoramento rigoroso, utilizando um sistema de sinalização para avaliar o andamento das etapas (verde, amarelo e vermelho).

Contribuição para a economia



Além dos investimentos em infraestrutura, a concessão impacta positivamente a economia. Em 2024, foram recolhidos R\$71,89 milhões em ISS (Imposto Sobre Serviços) aos municípios que atravessam o trecho. O tráfego médio diário nas praças de pedágio ultrapassou 33 mil veículos, demonstrando a relevância do corredor para transporte de pessoas e cargas.

Entre 2023 e o primeiro trimestre de 2025, a receita acumulada atingiu R\$1,68 bilhão, reinvestida nas melhorias previstas.

Agenda de infraestrutura em expansão

A concessão da Via Dutra integra a retomada dos investimentos em rodovias no Brasil. Nos últimos três anos, o Ministério dos Transportes realizou 22 leilões rodoviários, totalizando cerca de 18 mil quilômetros de estradas concedidas e R\$247 bilhões em investimentos.

Para 2026, estão previstos 13 novos leilões, com expectativa de R\$148 bilhões em recursos privados, permitindo alcançar 35 concessões estruturadas, um recorde no programa de parcerias público-privadas do setor de transportes em uma única gestão.

O modelo garante modernização da infraestrutura rodoviária sem comprometer recursos públicos, ao mesmo tempo em que assegura padrões elevados de qualidade e segurança. Os investimentos privados viabilizam obras estruturantes que fomentam o desenvolvimento econômico, facilitam o escoamento da produção e melhoram a mobilidade de milhões de brasileiros.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério dos Transportes DF

Data: 19/12/2025

PNL 2050: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONSOLIDA DIAGNÓSTICO E ORIENTA PLANEJAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

Ministérios de Portos e Aeroportos e do Planejamento e Orçamento também participaram do evento nesta quinta-feira (18)



Governo do Brasil divulga Avaliação Estratégica do PNL 2050 e orienta planejamento para a modernização da infraestrutura de transporte nacional. – Foto: Michel Corvello/MT

O Ministério dos Transportes avança no planejamento da infraestrutura nacional. Nesta quinta-feira (18), o secretário-executivo da pasta, George Santoro, apresentou a Avaliação Estratégica do Plano Nacional de Logística (PNL 2050), documento que consolida o diagnóstico do sistema de transportes brasileiro.

“A cada cinco anos, atualizamos e aprimoramos os planos de transporte rodoviário e ferroviário. Com isso, conseguimos integrar os diversos modais de maneira mais lógica, conectando-os por meio de corredores logísticos. O PNL 2050 traz dados relevantes, com uma matriz que realmente retrata a realidade do país”, afirmou Santoro.

O plano, construído a partir de matrizes origem-destino de cargas e passageiros, modelos de simulação da rede nacional de transportes e análises de fluxos logísticos, também incorporou a



escuta da sociedade, com dez encontros técnicos realizados nas cinco regiões do país, entrevistas com representantes do setor produtivo e cinco consultas públicas.

“O trabalho desenvolvido no âmbito do PNL 2050 busca entregar um plano de Estado, que atenda efetivamente às demandas do país. É fundamental que o Brasil tenha uma carteira estruturada de projetos, porque, sem projetos, mesmo com recursos disponíveis, a execução demora. O PNL dará a diretriz necessária para que possamos realizar esses projetos”, afirmou Jorge Bastos, diretor-presidente da Infra S.A.

A partir desse diagnóstico, o plano identificou problemas relevantes no transporte de cargas, como dificuldades no escoamento da produção para exportação, atendimento ao mercado doméstico e abastecimento interno, além de gargalos logísticos na origem das cargas e no transporte de insumos essenciais.

No transporte de passageiros, foram observadas a saturação de eixos rodoviários e aeroportuários, a falta de acessibilidade e a ausência de integração territorial, levando o plano a incorporar, pela primeira vez, uma abordagem intermodal para o deslocamento de pessoas.

Ferrovias, hidrovias e portos: equilibrando a matriz

O PNL 2050 tem como objetivo equilibrar a matriz de transportes, valorizando modais de maior capacidade e eficiência, como ferrovias, hidrovias, cabotagem e portos. A diretriz é estruturar corredores integrados, capazes de conectar áreas produtoras, centros de consumo e mercados internacionais, com ganhos de eficiência e redução de custos.

“O PNL estabelece um novo paradigma de planejamento em transportes no Brasil, ao criar um processo contínuo em que, a cada nova edição, aprendemos, realizamos investimentos e, com os dados obtidos, retroalimentamos esse processo. Isso destaca a importância de perenizar o planejamento e do diálogo interfederativo construído com estados e sociedade”, afirmou Tetsu Koike, diretor de Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos.

Para transformar essas diretrizes em ações concretas, o Ministério dos Transportes lançou a Política Nacional de Concessões Ferroviárias, estabelecendo regras claras de planejamento, governança, sustentabilidade e financiamento, combinando recursos públicos e privados.

A carteira do ministério prevê oito leilões ferroviários, somando mais de 9 mil quilômetros de trilhos, com expectativa de cerca de R\$140 bilhões em investimentos diretos e potencial de alavancar até R\$600 bilhões ao longo do desenvolvimento dos projetos.

A expansão da malha ferroviária é estratégica para reduzir custos logísticos, ampliar a capacidade de transporte de cargas e diminuir a dependência do modal rodoviário em longas distâncias.

“Nós estamos trabalhando para viabilizar os projetos da carteira. Hoje, portos, rodovias e ferrovias estão conectados à estratégia do PNL, e com recursos, legislação, governança e vontade política, podemos desenvolver o setor de infraestrutura no país”, completou o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro.

Mais eficiência nas estradas

Mesmo com a ampliação de outros modais, o transporte rodoviário segue como eixo central da logística nacional, especialmente no deslocamento da população e na distribuição de cargas. Garantir a qualidade da malha existente exige investimentos contínuos e modelos eficientes de gestão.

Dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2025 ajudam a dimensionar o cenário atual. Segundo levantamento da Confederação Nacional do Transporte, 37,9% dos 114.197 quilômetros avaliados



foram classificados como ótimos ou bons, avanço de cinco pontos percentuais em relação a 2024. No mesmo período, o percentual de rodovias consideradas ruins ou péssimas caiu de 26,6% para 19,1%.

Esses resultados reforçam a importância do planejamento estratégico e das ações do Ministério dos Transportes voltadas à modernização e expansão da malha. Em menos de três anos, a pasta realizou 22 leilões rodoviários, somando 10.009 quilômetros concedidos e R\$247 bilhões em investimentos. Para 2026, estão previstos mais 13 leilões, com expectativa de R\$148 bilhões adicionais.

“Planejar é extremamente importante, não apenas para dar previsibilidade a investidores e à população, mas também para definir onde investir e quando realizar obras. Isso impacta diretamente no custo do investimento”, ressaltou a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse.

Próximos passos

Durante o evento, foi assinada a portaria que abre a consulta pública sobre a Avaliação Estratégica do PNL 2050 apresentada nesta quinta-feira. A iniciativa permitirá que a sociedade contribua para o aprimoramento do diagnóstico e para a definição das prioridades do plano. A consulta pública estará disponível a partir desta sexta-feira (19) e seguirá até 18 de janeiro de 2026, por meio da plataforma Participa + Brasil.

O PNL 2050 é o primeiro plano formulado sob as diretrizes do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), instituído pelo presidente Lula, em maio de 2024, pelo Decreto nº 12.022/2024. O objetivo é aumentar a competitividade nacional, reduzir desigualdades regionais e apoiar decisões estratégicas de longo prazo.

“Desde 2023, o Governo do Brasil entende que o planejamento é uma função fundamental, não para dirigir cada etapa do país, mas para orientar o progresso nacional. Só assim conseguimos tornar os investimentos estratégicos e convergir para a solução de passivos históricos”, completou a secretária nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Virgínia de Angelis.

Após a conclusão do período de consulta pública, serão definidos os cenários-meta preliminares, etapa que orientará a priorização dos projetos e a consolidação das diretrizes do plano, antes de sua incorporação às metas do PIT.

Fonte: GOV. Federal BR – Ministério dos Transportes DF

Data: 19/12/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – OS PORTOS DO NORTE E A NECESSIDADE DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A pujança da atividade portuária na Região Norte do Brasil, consolidada pelos recentes dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), revela uma mudança estrutural na logística de exportação do País. O salto de 31,46% na movimentação de cargas em outubro de 2025, totalizando 12,6 milhões de toneladas, não é um evento isolado, mas a confirmação de que o chamado Arco Norte se tornou um eixo gravitacional para o escoamento das riquezas nacionais.

O protagonismo da navegação interior, que movimentou 7,4 milhões de toneladas, evidencia a simbiose entre os rios da Amazônia e a produção mineral e agrícola. O milho, com 3,8 milhões de toneladas, e a bauxita, com 1,9 milhão, lideram a pauta de mercadorias que encontram nos terminais de Vila do Conde e Santarém a saída mais eficiente para o mercado global. Esse desempenho

robusto assegura que a região não apenas complementa, mas em muitos casos supera a capacidade dos portos do Sul e Sudeste, reduzindo custos e encurtando distâncias para destinos estratégicos.

É importante destacar a importância cada vez maior dos portos da Região Norte, especialmente para o escoamento das produções agrícolas e de minerais nacionais. A consolidação desse corredor logístico é uma realidade irreversível, porém, o crescimento exponencial da demanda impõe limites físicos que só serão superados com um planejamento de Estado de longo prazo. O recorde de movimentação da série histórica exige que a eficiência portuária seja acompanhada por acessos terrestres e fluviais de igual calibre.

Neste contexto, surge a necessidade de investimentos para melhorar a infraestrutura de transportes, especialmente a ferroviária e a hidroviária, que liga as regiões produtoras a esses portos. A dependência de rodovias sazonais e de acessos fluviais sujeitos às intempéries climáticas gera incertezas que o agronegócio e a mineração não podem suportar. A expansão de projetos como a Ferrogrão e a consolidação de hidrovias perenes são as engrenagens necessárias para transformar o potencial em competitividade definitiva.

O Brasil tem no Norte a chave para a redução do “Custo Brasil”. Para que os portos paraenses e amazonenses continuem a bater recordes históricos, a integração regional deve ser priorizada por meio de parcerias público-privadas que garantam dragagens constantes, sinalização hidroviária de ponta e, primordialmente, trilhos que conectem o interior do País à orla amazônica. O desenvolvimento da logística nacional passa, obrigatoriamente, pelas águas e trilhos que convergem para o Norte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA O FUTURO QUE JÁ COMEÇOU: 7 INSIGHTS ESTRATÉGICOS PARA A DÉCADA DA CONVERGÊNCIA (2026-2035)



RAUL LAMARCA

CEO do Hub Livre

opinioao@portalbenews.com.br

100 anos de avanço tecnológico comprimidos em 10 — e por que líderes que não se prepararem agora serão espectadores do próprio passado

A década de 2026 a 2035 não será mais uma etapa incremental do progresso: será uma década de convergência. Pela primeira vez, múltiplas tecnologias exponenciais — IA, robótica, energia avançada, biotecnologia, sensores e computação — amadurecem simultaneamente, interagindo e acelerando umas às outras.

Os próximos dez anos equivalerão a cerca de um século de avanço condensado.

E a Inteligência Artificial não deve ser vista como “mais uma onda”, como foi a internet. Seu impacto será da ordem de um tsunami:

- pelo grau de transformação que provoca,
- pela velocidade com que se expande
- e pela abrangência de setores que afeta simultaneamente.

Para líderes e executivos, este não é um movimento opcional — é a base da competitividade até 2050.



A seguir, o Hub Livre consolida sete insights estratégicos que definirão essa década.

1. IA como Substrato Operacional da Economia

A IA deixa de ser um recurso isolado e se torna a infraestrutura cognitiva da economia. Processos, decisões e operações passam a ser sustentados por modelos que aprendem, correlacionam e propõem caminhos.

Assim como a energia elétrica viabilizou o salto industrial, a IA será o motor da produtividade exponencial.

2. A Era da Abundância: o Custo Marginal se Aproxima de Zero

A convergência tecnológica acelera o fenômeno da demonetização: o que antes era caro torna-se barato — ou gratuito. Um exemplo já consolidado: o smartphone substituiu mais de 40 dispositivos, de GPS a lanterna, de câmera fotográfica a calendário.

Esse movimento agora avança para logística, energia, diagnóstico, educação e infraestrutura.

3. Orquestração Autônoma: da Reação à Antecipação

A IA deixa de ser apenas um sistema que informa problemas e se torna um sistema que antecipa cenários e propõe soluções.

Em vez de dizer que uma operação está atrasada, correlaciona dezenas de variáveis — clima, demanda, capacidade instalada, janelas logísticas, restrições normativas — para sugerir ao gestor o melhor curso de ação.

A função do líder evolui de executar para curar decisões.

4. Robótica Onipresente

Robôs deixam o chão de fábrica e avançam para logística, saúde, varejo, construção, energia e segurança.

Tudo o que é perigoso, repetitivo ou altamente padronizável será automatizado. O trabalho humano migra para supervisão, integração e estratégia.

5. Biotecnologia como Plataforma Computacional

A biologia deixa de ser apenas ciência e se torna tecnologia programável.

Isso transformará:

- materiais mais leves e resistentes,
- combustíveis limpos,
- sensores biológicos para manutenção,
- soluções biointeligentes de eficiência energética, logística e infraestrutura.

6. A Demonetização Acelerada: Ferramentas Baratas, Valor Caro

O mercado pagará menos pela ferramenta e mais pelo resultado transformador. Diagnóstico médico, análise de dados, energia, automação e coordenação logística terão custo radicalmente reduzido.

Competitividade se desloca de ter tecnologia para extrair valor dela.

7. Governança Exponencial: Crescer e Proteger ao Mesmo Tempo



Quanto maior a complexidade, maior o risco.

Governança deixa de ser compliance e passa a ser arquitetura de risco:

- segurança cibernética,
- IA autônoma,
- cadeias críticas conectadas,
- novos marcos regulatórios,
- decisões algorítmicas revisáveis.

Inovar sem governança será tão arriscado quanto não inovar.

Conclusão: Entrando no Novo Tabuleiro

A década de convergência exigirá líderes que entendem não apenas tecnologia, mas mentalidade exponencial. Não vencerá quem “acompanha tendências”, mas quem lidera a transformação.

O Hub Livre seguirá aprofundando essas análises — e nas próximas semanas apresentaremos as **10 Metatendências** que moldarão o período 2026–2035.

OS PRÓXIMOS DEZ ANOS EQUIVALERÃO A CERCA DE UM SÉCULO DE AVANÇO CONDENSADO. E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NÃO DEVE SER VISTA COMO MAIS UMA ONDA”, COMO FOI A INTERNET. SEU IMPACTO SERÁ DA ORDEM DE UM TSUNAMI

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

NACIONAL HUB – CURTAS PESQUISA EM PE CONFIRMA LIDERANÇA DE HUMBERTO COSTA NA DISPUTA PELO SENADO

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RUMO AO SENADO

Uma nova pesquisa do Instituto Opinião sobre a corrida pelas duas cadeiras do Senado em Pernambuco reafirma o favoritismo do senador Humberto Costa (PT). No levantamento, que considera a soma do primeiro e do segundo votos, o petista lidera com 27,4% das intenções de voto. O deputado federal Eduardo da Fonte (PP) ocupa a segunda posição, com 22,3%. Logo atrás, aparecem Miguel Coelho (União Brasil), com 17,6%, e o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho (Republicanos), que registra 15,9%. O ex-ministro do Turismo Gilson Machado Neto (PL) soma 12,1%, enquanto o senador Fernando Dueire (MDB) aparece com 3,8%.

ELEVADA INDEFINIÇÃO

Apesar da liderança de nomes conhecidos, a pesquisa revela um cenário de grande incerteza para o pleito de 2026. Os votos brancos e nulos totalizam 45%, enquanto o volume de eleitores indecisos atinge 55,9% – o que mostra que o cenário registrado pela pesquisa tem grandes chances de ser alterado, com o início oficial das campanhas. O levantamento foi feito com a aplicação de 2.000 questionários em 80 municípios pernambucanos, entre os últimos dias 12 e 15. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais para mais ou para menos e o intervalo de confiança, de 95,5%.

CURITIBA-LISBOA

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, reuniu-se com o diretor da TAP Air Portugal para as Américas, Carlos Antunes, nessa quinta-feira, dia 18, para definir estratégias de expansão da malha aérea internacional no Brasil. O principal anúncio do encontro foi a retomada do voo direto entre Curitiba (PR) e Lisboa, com início das operações confirmado para o dia 2 de julho de 2026. A nova rota contará com três frequências semanais, atendendo a uma demanda histórica da região Sul e reforçando a política federal de descentralizar os voos internacionais, reduzindo a dependência exclusiva dos aeroportos de São Paulo e do Rio de Janeiro.

VOOS DIRETOS PARA O NORTE E O NORDESTE

Além da nova rota paranaense, a reunião focou na ampliação da conectividade para as regiões Norte e Nordeste. O Ministério e a TAP discutiram o conceito de “conectividade criativa” para superar obstáculos logísticos e oferecer alternativas de viagem que não exijam conexões no Sudeste. Carlos Antunes ressaltou que o planejamento da companhia para 2026 prioriza essas regiões:

DIÁLOGO CONTÍNUO

O ministro Silvio Costa Filho destacou que o diálogo contínuo com a TAP é peça-chave para fortalecer o turismo e a economia nacional. Segundo ele, o crescimento do setor valida as políticas da pasta para tornar o ambiente de negócios mais atrativo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

LULA DIZ QUE VETARÁ PL DA DOSIMETRIA APROVADO PELO SENADO

Presidente afirma que condenados pelos atos de 8 de janeiro devem cumprir as penas e critica tentativa de redução antes do fim dos julgamentos

Da Agência Brasil



“O Congresso tem o direito de fazer as coisas, eu tenho o meu direito de vetar, depois eles têm o direito de derrubar o meu veto ou não. É assim que é o jogo”, declarou Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, nesta quinta-feira (18), que vai vetar o chamado PL da Dosimetria. O texto prevê a redução de penas de condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e pela tentativa de golpe de Estado.

“As pessoas que cometeram crime contra a democracia brasileira terão que pagar pelos atos cometidos contra esse país. Nem terminou o julgamento, ainda tem gente sendo condenada, e o pessoal já resolve diminuir as penas. Eu quero dizer para vocês que, com todo o respeito que eu tenho ao Congresso Nacional, a hora que chegar na minha mesa, eu vetarei. Isso não é segredo para ninguém”, afirmou Lula durante entrevista coletiva.

“O Congresso tem o direito de fazer as coisas, eu tenho o meu direito de vetar, depois eles têm o direito de derrubar o meu veto ou não. É assim que é o jogo”, acrescentou, em entrevista à imprensa no Palácio do Planalto.

O presidente argumentou ainda que é preciso “terminar esse processo” e investigar também os financiadores dos atos golpistas.

“Nós precisamos levar muito a sério o que aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023 e tem gente que quer que a gente esqueça, mas a gente não pode esquecer. Porque se a democracia esquecer da importância que ela tem para uma nação, a gente termina perdendo o jogo”, afirmou.

Nesta quarta-feira (17), em votação nominal, o Senado aprovou o PL da Dosimetria com 48 votos favoráveis e 25 contrários. O projeto agora segue para a sanção presidencial.

Na quarta-feira, os senadores aprovaram na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o parecer do senador Esperidião Amin (PP-SC), que reduz as penas dos condenados por atos golpistas, entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Amin, que é favorável à anistia, defende que a redução das



penas visa “pacificar o país”. Já os opositores do projeto afirmam que ele não representa o anseio do país e foi construído para beneficiar um grupo político que atentou contra a democracia.

O PL da Dosimetria determina que os crimes de tentativa contra o Estado Democrático de Direito e de golpe de Estado, quando praticados no mesmo contexto, implica no uso da pena mais grave em vez da soma de ambas as penas.

O foco do projeto é uma mudança no cálculo das penas, “calibrando a pena mínima e a pena máxima de cada tipo penal, bem como a forma geral de cálculo das penas, reduzindo também o tempo para progressão do regime de prisão fechado para semiaberto ou aberto”.

As mudanças poderão beneficiar réus como o ex-presidente Jair Bolsonaro, além dos militares Almir Garnier, ex-comandante da Marinha; Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Walter Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

“SE TIVER FILHO MEU METIDO NISSO, SERÁ INVESTIGADO”, DIZ LULA SOBRE FRAUDE NO INSS

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, na quinta-feira, 18, que defende a investigação sobre “todas as pessoas” envolvidas nos crimes relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), inclusive se tiver um filho seu ‘metido nisso’. As declarações ocorreram durante uma conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, em Brasília.

“Todas as pessoas que estiverem envolvidas, diretamente ou não, elas serão investigadas pela Polícia Federal. Muitas das coisas estão em segredo de Estado. Eu sinceramente já li a respeito algumas notícias. E eu tenho dito para os meus ministros, tenho dito para as pessoas que participam da CPI: é importante que haja seriedade para que a gente possa investigar todas as pessoas envolvidas”, disse.

Lula continuou: “Todas as pessoas. Ninguém ficará livre. Se tiver filho meu metido nisso, ele será investigado”. Em seguida, brincou: “Se tiver meu pai, que já morreu, não”.

Na sequência, o presidente criticou a prática criminosa de ‘expropriar o dinheiro do aposentado com promessas falsas’ e lembrou que muitos aposentados recebem o valor equivalente a apenas salário mínimo.

“Eu estou muito leve com relação a essas apurações. E eu não sei quem foi hoje [quinta-feira], eu não sei quem a Polícia Federal visitou, não sei porque eu tive já algumas reuniões importantes hoje [quinta-feira]. O que eu sei é o seguinte: quem estiver envolvido vai pagar o preço de estar envolvido com isso”, acrescentou.

A Polícia Federal deflagrou a quinta fase da Operação Sem Desconto nesta quinta e cumpre 16 mandados de prisão preventiva e 52 de busca e apreensão contra investigados por desvios no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

A operação também cumpriu um mandado de prisão domiciliar e afastamento do atual número dois do Ministério da Previdência Social, Adroaldo Portal. Jornalista de formação, ele já trabalhou no gabinete do senador Weverton Rocha (PDT-MA) e em cargos do Congresso Nacional ligados a políticos do PDT.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

HADDAD DIZ QUE ORÇAMENTO DE 2026 É “CRÍVEL” E NEGA INCOERÊNCIAS

Ministro afirma que peça reflete esforço de reequilíbrio fiscal e descarta ingenuidade ao incluir medidas ainda em discussão no Congresso

Do Estadão Conteúdo



Haddad diz ser natural o governo ser cobrado pela execução orçamentária. “Tem emendas impositivas, tem emendas de bancada. E a gente está executando na forma dessa lei.”

“Não há nada incoerente na peça orçamentária de 2026, tem desafios, mas é crível”, disse o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nesta quinta-feira (18). Ele defendeu que a equipe econômica está “reconstruindo a trajetória de equilíbrio das contas”. E exemplificou que, em 2024, as receitas ordinárias foram maiores, as extraordinárias menores e a meta de déficit

zero foi cumprida.

O ministro negou que a equipe econômica tenha tido ingenuidade ao considerar projetos não aprovados ainda pelo Congresso na peça orçamentária de 2026. “Quando tem que fazer um esforço fiscal, é impossível mandar a peça orçamentária sem as medidas necessárias para dar respaldo a ela”, disse. Ele afirmou que nunca enviou algo que considerava absurdo só para fechar a conta ou que soubesse de antemão que não era “aprovável”. Alegou que a discricionariedade do ministro da Fazenda no Orçamento é quase zero, “trabalha na margem”.

Haddad ainda disse que sua maior vitória na Fazenda foi a reforma tributária. “É colossal, mexe com o País”.

Ele admitiu que há coisas a serem feitas, mas disse ser preciso olhar de onde o governo saiu, argumentando que as contas públicas seguem desorganizadas desde 2015. O ministro também afirmou ter herdado um déficit de R\$ 180 bilhões do ministro anterior, Paulo Guedes, que, por sua vez, teria herdado um valor na mesma monta do antecessor, Henrique Meirelles. Ainda sobre o passado, Haddad comentou que o teto de gastos elaborado no governo Michel Temer (MDB) perdeu credibilidade, e o atual governo recebeu a taxa de juros alta.

Haddad também explicou que o presidente do Banco Central indicado pelo presidente Lula, Gabriel Galípolo, “herdou problemas graves”.

Questionado sobre reforma administrativa, o ministro disse que a folha de servidores como proporção do PIB está relativamente estável e pontuou que, na discussão sobre estatais, “muitas vezes investimento soa como déficit, mas não é”. Ele exemplificou citando o sistema operacional da reforma tributária que deverá custar algo em torno de R\$ 2 bilhões. “Como deixar a reforma tributária, que vai mudar a cara do País, sem esse investimento?”, questionou.

Para 2026, Haddad indicou que o Imposto de Importação (II) e IOF sobre IPI são medidas possíveis, mas há outras, como transações de grande porte. Também citou decisões do STF quase transitadas em julgado que podem render em 2026 “valor razoável”. “Tem um mapa de possibilidades de pequenos ajustes que compõem o quadro de 2026”.

Queixas

Haddad se queixou pelo que chamou de fake news disparadas contra sua pasta nos últimos três anos, afirmando que “raramente” a Fazenda foi tão vítima como nesta gestão.

Ele citou dois episódios em particular: “a taxa das blusinhas” e o Pix. No primeiro caso, falou que as pessoas não sabiam que o ICMS cobrado em compras internacionais é dos Estados. “Todos os governadores viam efeito de compras internacionais sobre o varejo”, frisou. “Nunca perguntaram ao

Tarcísio por que ele taxa blusinhas”, disse, justificando que a candidatura do Tarcísio não está forte, e as pessoas estariam com medo de enfraquecê-lo. Também disse que “todo mundo tem dó” de outros governadores de direita que são pré-candidatos ao Palácio do Planalto pelo campo da direita, como Romeu Zema (Novo-MG) e Ronaldo Caiado (União-GO).

Ele também destacou que todos os partidos votaram a favor da taxa das blusinhas na Câmara e no Senado.

Sobre o Pix, disse que foi “brutal” o que a Fazenda sofreu com uma suposta invenção de cobrança de tributo sobre o sistema. “A Fazenda errou nos casos das compras internacionais e do Pix?”, indagou retoricamente. Segundo ele, as pessoas “não contam” sobre a taxa das blusinhas, e tampouco sobre o déficit dos ex-ministros Meirelles e Guedes.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, comentou nesta quinta-feira, sobre o PL dos benefícios fiscais, que o assunto da recuperação de restos a pagar que permite ressuscitar emendas que estavam canceladas não passou pela Fazenda. E defendeu que o governo está cumprindo a lei complementar sobre emendas cuja redação foi forjada em mesa no Supremo Tribunal Federal (STF).

“Se cobra execução de emendas na forma da lei que foi pactuada no Supremo Tribunal Federal. Tem uma lei, que inclusive é uma lei que você pode questionar, mas ela é muito melhor do que não ter lei nenhuma. Porque até então não tínhamos parâmetros para regular essa matéria. Foi criado algum parâmetro para regular essa matéria”, argumentou durante café com jornalistas.

Ele disse ser natural o governo ser cobrado pela execução orçamentária. “Tem emendas impositivas, tem emendas de bancada. E a gente está executando na forma dessa lei.”

Haddad também afirmou que não há nada no pipeline de foco tributário, apenas a regulamentação do imposto eletivo (IS), com as alíquotas para cada setor. Esse texto precisa ser enviado ao Congresso. “Está meio pronto, mas não foi apresentado ainda para a Casa Civil, na cozinha da Fazenda está mais ou menos pronto isso. Mas, de novo, eu tenho que fazer por partes, porque se eu não faço por partes, eu não aprovo as coisas.” Ele disse ter esperado as discussões em torno do imposto seletivo sobre bebidas açucaradas, no Congresso, para resolver isso.

O ministro ainda fez uma série de críticas a governos passados. Disse, por exemplo, que se ancorou muito no teto de gastos antigo e pararam de prestar olhar o resultado primário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

MESA DA CÂMARA CASSA EDUARDO BOLSONARO E ALEXANDRE RAMAGEM

Eduardo teve mandato extinto por faltas após permanecer nos EUA; Ramagem perdeu o cargo após condenação por tentativa de golpe

Da Agência Brasil

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados decidiu cassar os mandatos dos deputados federais Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e Alexandre Ramagem (PL-RJ). Os atos que determina a perda dos mandatos foram publicados nesta quinta-feira (18) em edição extra do Diário da Câmara dos Deputados.



Além do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), assinam as cassações o primeiro e segundo vice-presidentes, Altineu Côrtes (PL-RJ) e Elmar Nascimento (União-BR); e os primeiro, segundo, terceiro e quarto secretários: Carlos Veras (PT-PE), Lula da Fonte (PP-PE), Delegada Katarina (PSD-SE) e Sergio Souza (MDB-PR).

Eduardo Bolsonaro

A Mesa cassou o mandato de Eduardo Bolsonaro por faltas, devido ao fato de o deputado federal ter deixado de comparecer à terça parte das sessões deliberativas da Câmara

A Mesa cassou o mandato de Eduardo Bolsonaro por faltas, devido ao fato de o deputado ter deixado de comparecer à terça parte das sessões deliberativas da Câmara dos Deputados, conforme prevê a Constituição.

Em março, Eduardo Bolsonaro fugiu para os Estados Unidos e pediu licença do mandato parlamentar. A licença terminou em 21 de julho, mas o parlamentar não retornou ao Brasil e já acumulava um número expressivo de faltas não justificadas nas sessões plenárias.

Em setembro, Motta rejeitou a indicação do deputado para exercer a liderança da minoria na Casa, com o argumento de não haver possibilidade do exercício de mandato parlamentar estando ausente do território nacional.

Eduardo Bolsonaro também é réu em processo no STF por promover sanções contra o Brasil para evitar o julgamento de seu pai, Jair Bolsonaro, pela trama golpista.



Ramagem

No caso de Alexandre Ramagem, a cassação foi aplicada após o Supremo Tribunal Federal ter definido a perda de mandato de deputado no julgamento da tentativa de golpe de estado

No caso de Ramagem, a cassação foi aplicada após o Supremo Tribunal Federal ter definido a perda de mandato no julgamento da tentativa de golpe de estado. Ele foi condenado a 16 anos de prisão.

Ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro, Ramagem está foragido em Miami, nos Estados Unidos. Desde setembro, Ramagem apresentava atestados médicos para justificar sua ausência na Câmara.

Após a descoberta da fuga, a Câmara informou que a Casa não foi comunicada sobre o afastamento do parlamentar do território nacional nem autorizou nenhuma missão oficial de Ramagem no exterior.

Repercussão

O líder do PL, deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), disse que recebeu uma ligação de Hugo Motta relatando a cassação. O deputado disse ainda considerar a decisão grave.

“Trata-se de uma decisão grave, que lamentamos profundamente e que representa mais um passo no esvaziamento da soberania do Parlamento. Não se trata de um ato administrativo rotineiro. É uma decisão política que retira do plenário o direito de deliberar e transforma a Mesa em instrumento de validação automática de pressões externas. Quando mandatos são cassados sem o voto dos deputados, o Parlamento deixa de ser Poder e passa a ser tutelado”, escreveu na rede social X.

Já o líder da federação PT, PCdoB e PV, Lindbergh Farias (PT-RJ), comemorou a decisão afirmando que a cassação extingue a “bancada dos foragidos”.

“Somados, os dois casos deixam um recado institucional inequívoco no sentido de que ou o mandato é exercido nos limites da Constituição e da lei, ou ele se perde, seja pela condenação criminal definitiva, seja pela ausência reiterada e pela renúncia de fato às funções parlamentares”, afirmou.

Segundo Lindbergh, o mandato parlamentar não deve ser escudo contra a justiça e nem salvo-conduto para o abandono das funções públicas.

“A perda do mandato, em ambos os casos, constitui efeito constitucional objetivo que independe de julgamento discricionário ou político (artigo 55, parágrafo 3º, da CF). Como sempre defendemos, à Mesa coube apenas declarar a vacância, sob pena de usurpação da competência do Judiciário e violação frontal à separação dos Poderes, pois o mandato parlamentar não é escudo contra a Justiça e nem salvo-conduto para o abandono das funções públicas”, finalizou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

LULA SOBRE IMPASSE DA DIREITA: “ESTÃO EM DÚVIDA PORQUE SABEM QUE PERDERÃO AS ELEIÇÕES”

Ao comentar a pré-candidatura de Flávio Bolsonaro, presidente lembrou de outros cotados para 2026 e disse que “quem inventa muito nome é porque não tem nenhum”

Do Estadão Conteúdo



Lula disse que 2026 será “o ano da verdade” e citou indicadores da economia, como queda da inflação e baixo desemprego, para se considerar favorito nas eleições

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quinta-feira, 11, que a direita perderá as eleições de 2026. Em entrevista à rede mineira TV Alterosa, Lula voltou a dizer que o próximo ano será “o ano da verdade” e citou indicadores da economia como inflação, massa salarial, desemprego e salário mínimo para justificar o que considera seu favoritismo na disputa presidencial.

Questionado sobre a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que anunciou o seu nome para a corrida ao Planalto na semana passada, Lula disse que não escolhe adversários, mas avaliou que a direita sairá derrotada pela diversidade de nomes cogitados para enfrentá-lo.

“Eu vejo toda hora: Ronaldo Caiado; Tarcísio de Freitas; Romeu Zema; Ratinho Júnior; Flávio, Michelle e Eduardo Bolsonaro. Quem inventa muito nome é porque não tem nenhum. Eles estão em dúvida porque sabem de uma coisa: eles perderão as eleições em 2026”, afirmou o presidente.

Ao comentar especificamente sobre Romeu Zema (Novo), Lula disse que o governador de Minas Gerais passou oito anos sem pagar dívidas e terá de cumprir as obrigações previstas no Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

“No Propag, a gente está obrigando o governador aquela parte que ele vai ter de redução de juros a parar de comer banana com casca e investir em cursos profissionalizantes para formar a juventude de Minas Gerais”, disse Lula.

A referência foi ao vídeo em que Zema aparece comendo uma banana com casca, em tom de provocação ao cenário de alta dos preços dos alimentos e à política econômica federal.

O presidente também afirmou que Zema “faz política pela internet e conta a mentira que quer”, acrescentando que esse tipo de postura não funciona na “hora da verdade”. “Se o Zema é candidato a presidente, ano que vem é a hora da verdade”, concluiu.

Procurada, a Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) do Governo de Minas disse que não comenta entrevistas ou declarações.

PEC da Segurança



O presidente também falou sobre seus planos ainda nesta gestão. Segundo Lula, o Ministério da Segurança Pública será recriado caso a PEC da Segurança Pública seja aprovada no Congresso.

“A Polícia Federal tem expertise, tem mais inteligência. Queremos redefinir o papel da Guarda Nacional. Se aprovada a PEC nós vamos criar o Ministério da Segurança Pública”, disse Lula.

Nesta quarta-feira, 10, o relator da PEC da Segurança na Câmara, Mendonça Filho (União-PE), apresentou seu relatório com mudanças drásticas em relação ao texto original e uma espécie de mistura do Projeto de lei Antifacção em tramitação no Senado. O relatório prevê redução da maioria penal e Estados fortes.

O presidente anunciou ainda que, diante da alta dos casos de feminicídio, vai realizar, na semana que vem, uma reunião com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, a ministra do STF, Cármen Lúcia, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP) e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Segundo o presidente, no encontro será discutido o papel dos homens no combate à violência contra a mulher.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 19/12/2025

PRESIDENTE DIZ QUE NÃO DESISTIU DE PACHECO PARA O GOVERNO DE MINAS GERAIS

Preterido na indicação para o STF, senador pretende encerrar sua carreira política no início de 2027, mas Lula crê em mudança de planos

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou ao programa EM Minas, da TV Alterosa, que ainda mantém a expectativa de que o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) lance candidatura ao governo de Minas Gerais em 2026.

“A esperança é a última que morre. Ele relutou, mas pensa que eu desisti? Eu não desisti. Eu aprendi a gostar do Pacheco. Acho ele uma pessoa extremamente competente e considero que hoje é a maior personalidade pública de Minas Gerais. Portanto, ele está talhado para cumprir essa tarefa”, disse.

Pacheco, porém, afirmou em novembro que pretende encerrar sua carreira política ao fim de seu mandato no Senado, no início de 2027. No ano passado, ele já havia manifestado a mesma intenção.

“Eu nunca pensei em me eternizar na política. Há, inclusive, muitos pronunciamentos meus, desde quando entrei e deixei a advocacia, nos quais eu dizia que tinha uma data de entrada e também uma de saída da política”, declarou a jornalistas na ocasião.

O senador mineiro foi preterido por Jorge Messias na indicação para a vaga de Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF). Messias, entretanto, enfrenta resistência no Senado e teve sua sabatina adiada.

Nesta terça-feira, Pacheco recusou um convite de Lula para participar de um evento em Belo Horizonte, como revelou a coluna de Lauro Jardim, do O Globo.

Questionado sobre o cenário da esquerda em Minas Gerais, Lula afirmou não ter pressa. Nós temos o Alexandre Kalil (PSD-MG), temos o Tadeuzinho (MDB-MG), temos duas prefeituras muito importantes: a de Juiz de Fora, Margarida Salomão; e a de Contagem, Marília Campos (PT-MG); além de ministros e deputados. Eu não tenho pressa. Quando chegar o momento de o Pacheco decidir se realmente não quer, vamos buscar um candidato para Minas Gerais”, concluiu

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/12/2025

PNL 2050 TRAÇA DIAGNÓSTICO DO TRANSPORTE E ORIENTA INVESTIMENTOS DE LONGO PRAZO

Documento integra o Planejamento Integrado de Transportes e abre consulta pública para ouvir a sociedade sobre o futuro da infraestrutura no país

Por **ALINE BECKETTY** redacao.jornal@redebenews.com.br

Foi apresentada na quinta-feira (18), na sede da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), em Brasília, a Avaliação Estratégica do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050. O documento consolida o diagnóstico do sistema de transportes brasileiro e integra o Planejamento Integrado de Transportes (PIT), que estabelece diretrizes e metas de longo prazo para a infraestrutura nacional.



Secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro disse que o PNL é atualizado periodicamente para incorporar dados e aprimorar a integração entre os modais

Elaborado de forma conjunta pelo Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e Orçamento e pela Infra S.A., o PNL 2050 tem como foco a construção de uma matriz de transportes mais equilibrada, com estímulo à intermodalidade e ao uso de modais considerados mais eficientes sob os aspectos econômico e operacional. O

plano reúne dados sobre cargas e passageiros, fluxos logísticos, capacidade da infraestrutura existente e projeções para o atendimento da demanda futura.

ELABORADO DE FORMA CONJUNTA PELO MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO E PELA INFRA S.A., O PNL 2050 TEM COMO FOCO A CONSTRUÇÃO DE UMA MATRIZ DE TRANSPORTES MAIS EQUILIBRADA, COM ESTÍMULO À INTERMODALIDADE E AO USO DE MODAIS CONSIDERADOS MAIS EFICIENTES SOB OS ASPECTOS ECONÔMICO

Durante a apresentação, o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, destacou que o PNL é atualizado periodicamente para incorporar novos dados e aprimorar a integração entre os modais. “A cada cinco anos, atualizamos e aprimoramos os planos de transporte rodoviário e ferroviário. Com isso, conseguimos integrar os diversos modais de maneira mais lógica, conectando-os por meio de corredores logísticos. O PNL 2050 traz dados relevantes, com uma matriz que realmente retrata a realidade do país”, afirmou.

Segundo o Ministério dos Transportes, o plano foi construído a partir de matrizes origem-destino de cargas e passageiros, modelos de simulação da rede nacional de transportes e análises de fluxos logísticos.

O processo também incluiu escuta ativa da sociedade, com a realização de dez encontros técnicos nas cinco regiões do país, entrevistas com representantes do setor produtivo e cinco consultas públicas ao longo da elaboração do documento.

O diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, ressaltou que o PNL 2050 busca consolidar um planejamento de Estado, com foco na estruturação de projetos. “O trabalho desenvolvido no âmbito do PNL 2050 busca entregar um plano de Estado, que atenda efetivamente às demandas do país. É fundamental que o Brasil tenha uma carteira estruturada de projetos, porque, sem projetos, mesmo

com recursos disponíveis, a execução demora. O PNL dará a diretriz necessária para que possamos realizar esses projetos”, afirmou.

De acordo com o diagnóstico apresentado, o plano identificou entraves relevantes no transporte de cargas, como dificuldades no escoamento da produção destinada à exportação, no atendimento ao mercado interno e no abastecimento doméstico. Também foram apontados gargalos logísticos na origem das cargas e no transporte de insumos essenciais para a atividade econômica.

No transporte de passageiros, o levantamento indicou saturação de eixos rodoviários e aeroportuários, problemas de acessibilidade e falta de integração territorial. Diante desse cenário, o PNL 2050 incorporou, pela primeira vez, uma abordagem intermodal voltada especificamente ao deslocamento de pessoas, buscando maior integração entre rodovias, ferrovias, aeroportos e sistemas aquaviários.

Avanços

Durante o evento, a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse, destacou os avanços recentes na execução de obras e nas parcerias com a iniciativa privada, apontando o planejamento como elemento central para orientar investimentos e reduzir custos logísticos. “Nós batemos recordes não só de obras executadas com recurso público, mas também de parceria com a iniciativa privada”, afirmou. Segundo ela, o planejamento passou a ser decisivo para definir onde investir, priorizando projetos com maior impacto econômico e eficiência operacional, tanto em obras públicas quanto em concessões.

A secretária também mencionou dados da Pesquisa CNT de Rodovias 2025 para contextualizar o cenário da malha rodoviária nacional. Segundo o levantamento, 37,9% dos 114.197 quilômetros avaliados foram classificados como ótimos ou bons, um avanço de cinco pontos percentuais em relação a 2024. No mesmo período, o percentual de rodovias consideradas ruins ou péssimas recuou de 26,6% para 19,1%. De acordo com Viviane Esse, os números refletem a importância de ações estruturadas e do planejamento estratégico para a modernização da malha.

Mesmo com o incentivo à ampliação de outros modais, o transporte rodoviário segue como eixo central da logística brasileira, especialmente no deslocamento de passageiros e na distribuição de cargas. Nesse contexto, o Ministério dos Transportes informou que, em menos de três anos, foram realizados 22 leilões rodoviários, totalizando 10.009 quilômetros concedidos e R\$ 247 bilhões em investimentos. Para 2026, estão previstos mais 13 leilões, com expectativa de R\$148 bilhões adicionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

PNL APOSTA EM PORTOS E FERROVIAS PARA SUSTENTAR CRESCIMENTO DO TRANSPORTE DE CARGAS

Plano nacional apresentado em Brasília prevê integração logística, novos leilões e consulta pública até janeiro do próximo ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Durante o evento de apresentação, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, afirmou que os projetos estão alinhados à estratégia definida pelo PNL

O Plano Nacional de Logística (PNL) 2050 prevê a ampliação da capacidade portuária e o fortalecimento da integração entre portos, ferrovias, hidrovias e cabotagem como parte



da estratégia de reequilíbrio da matriz de transportes no país. Apresentado pelo governo federal na quinta-feira (18), em Brasília (DF), o diagnóstico aponta a necessidade de investimentos antecipados para acompanhar o crescimento da movimentação de cargas e cita projetos estruturantes.

No campo portuário, o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, ressaltou que a expansão da infraestrutura precisa acompanhar a evolução da demanda. Nesse contexto, citou o leilão do terminal Tecon Santos 10, previsto para março de 2026. “Muito importante, vai aumentar a capacidade do Porto de Santos e vai ser o maior terminal da América do Sul”, afirmou, ao comentar o papel do projeto no atendimento à demanda futura.

O PNL 2050 também estabelece como diretriz o reequilíbrio da matriz de transportes, com maior participação de modais de maior capacidade e eficiência, como ferrovias, hidrovias, cabotagem e portos. A proposta é estruturar corredores logísticos integrados, conectando áreas produtoras, centros de consumo e mercados internacionais, com ganhos de eficiência e redução de custos.

De acordo com o Ministério dos Transportes, essa estratégia está associada à Política Nacional de Concessões Ferroviárias, lançada para estabelecer regras de planejamento, governança, sustentabilidade e financiamento no setor. A carteira ferroviária do ministério prevê oito leilões, que somam mais de 9 mil quilômetros de trilhos, com expectativa de cerca de R\$ 140 bilhões em investimentos diretos e potencial de alavancar até R\$ 600 bilhões ao longo do desenvolvimento dos projetos.

O secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, afirmou que os projetos estão alinhados à estratégia definida pelo PNL. “Nós estamos trabalhando para viabilizar os projetos da carteira. Hoje, portos, rodovias e ferrovias estão conectados à estratégia do PNL, e com recursos, legislação, governança e vontade política, podemos desenvolver o setor de infraestrutura no país”, declarou.

Para o Ministério de Portos e Aeroportos, o PNL 2050 representa um novo modelo de formulação e acompanhamento das políticas de transporte. Segundo Tetsu Koike, diretor de Programa de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação da pasta, o plano cria um ciclo permanente de aprendizado e ajuste. “O PNL estabelece um novo paradigma de planejamento em transportes no Brasil, ao criar um processo contínuo em que, a cada nova edição, aprendemos, realizamos investimentos e, com os dados obtidos, retroalimentamos esse processo. Isso destaca a importância de perenizar o diálogo interfederativo construído com estados e sociedade”, afirmou.

Durante o evento, foi assinada a portaria que abre a consulta pública sobre a Avaliação Estratégica do PNL 2050. A iniciativa permitirá que a sociedade contribua com sugestões para o aprimoramento do diagnóstico e a definição das prioridades do plano. A consulta ficará disponível a partir desta sexta-feira (19) e seguirá até 18 de janeiro de 2026, por meio da plataforma Participe + Brasil.

Objetivo

O PNL 2050 é o primeiro plano formulado sob as diretrizes do Planejamento Integrado de Transportes (PIT), instituído em maio de 2024 pelo Decreto nº 12.022/2024. O objetivo do PIT é ampliar a competitividade nacional, reduzir desigualdades regionais e apoiar decisões estratégicas de longo prazo no setor de infraestrutura.

A secretária nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Virgínia de Angelis, afirmou que o planejamento passou a ocupar papel central na formulação de políticas públicas desde 2023. “Desde 2023, o Governo do Brasil entende que o planejamento é uma função fundamental, não para dirigir cada etapa do país, mas para orientar o progresso nacional. Só assim conseguimos tornar os investimentos estratégicos e convergir para a solução de passivos históricos”, declarou.

Após o encerramento do período de consulta pública, o governo prevê a definição dos cenários-meta preliminares, etapa que orientará a priorização dos projetos e a consolidação das diretrizes do plano, antes de sua incorporação às metas do Planejamento Integrado de Transportes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/12/2025

CODERN É RECONHECIDA PELO TCU POR EXCELÊNCIA EM TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Avanços na governança, modernização do site e fortalecimento da Ouvidoria colocam a Companhia Docas do Rio Grande do Norte entre os destaques nacionais em boas práticas de transparência pública

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



“A Codern avança na governança e reforça o compromisso com o acesso à informação”, destaca o diretor-presidente da Autoridade Portuária

Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) conquistou reconhecimento nacional ao ser premiada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pelos avanços significativos na divulgação de informações e pela qualidade da transparência em seu site institucional. A premiação integra uma iniciativa do TCU que destacou 42 órgãos e instituições federais que se sobressaíram na adoção de boas práticas de transparência pública, acesso à informação e prestação de contas à sociedade.

CODERN É DESTAQUE NACIONAL ENTRE 42 ÓRGÃOS FEDERAIS RECONHECIDOS PELO TCU

O reconhecimento representa um marco importante na trajetória recente da Codern, evidenciando o esforço institucional para alinhar sua atuação às melhores práticas de governança pública. Nos últimos anos, a Companhia tem investido de forma consistente na ampliação do acesso à informação, na clareza dos dados disponibilizados e na modernização de seus canais de comunicação com a sociedade.

GOVERNANÇA, INTEGRIDADE E ACESSO À INFORMAÇÃO FORTALECEM A RELAÇÃO A COMPANHIA COM A SOCIEDADE

Entre as ações que contribuíram para o resultado estão o fortalecimento da Ouvidoria, a ampla divulgação dos canais da Lei de Acesso à Informação (LAI), a modernização e atualização permanente do site institucional, além do engajamento das equipes internas e da implantação de práticas voltadas à governança, integridade e compliance. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Codern com uma gestão pública mais aberta, responsável e alinhada às expectativas da sociedade.

Para o diretor-presidente da Codern, Paulo Henrique Macedo, a premiação simboliza o reconhecimento de um trabalho coletivo e contínuo. Segundo ele, a conquista demonstra que a Companhia está no caminho certo ao priorizar a transparência como um dos pilares da gestão.

“A conquista representa um marco significativo para a Codern. O reconhecimento reforça que a Companhia está caminhando em conformidade com as melhores práticas de governança pública, especialmente no que diz respeito ao acesso à informação e à prestação de contas à sociedade”, afirmou.

Paulo Henrique Macedo destacou ainda que o resultado é fruto de um conjunto de medidas planejadas e executadas ao longo do tempo, com foco na melhoria da qualidade das informações disponibilizadas ao público.

“É resultado de um conjunto de medidas adotadas nos últimos anos para ampliar a disponibilização e a qualidade das informações. Destacamos as ações da Ouvidoria, a divulgação dos canais da Lei de Acesso à Informação, a modernização e atualização constante do site, o engajamento da equipe e a implantação de boas práticas de governança, integridade e compliance”, completou o diretor-presidente.

O evento de premiação promovido pelo TCU também foi marcado por reflexões sobre o papel da transparência na administração pública contemporânea. Durante a cerimônia, o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Vital do Rêgo, ressaltou que a transparência deixou de ser apenas um diferencial para se tornar uma obrigação fundamental do Estado.

“Em um cenário em que a sociedade está cada vez mais informada e participativa, governar com clareza e abertura deixou de ser uma opção, tornou-se uma obrigação ética e legal”, declarou o ministro.

A fala reforça a importância de iniciativas como as adotadas pela Codern, que contribuem para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas e para o aprimoramento do controle social. Ao ampliar o acesso à informação e facilitar a compreensão dos dados, a Companhia promove maior participação cidadã e consolida uma cultura organizacional pautada pela transparência e pela responsabilidade.

Com o reconhecimento do TCU, a Codern reafirma seu compromisso de seguir avançando na modernização de seus processos, na melhoria contínua da comunicação institucional e no fortalecimento de práticas que assegurem uma gestão cada vez mais ética, eficiente e transparente, em benefício da sociedade potiguar e do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

TCU FISCALIZA CONTRATO DO PORTO DE SANTOS COM EMPRESA DO GRUPO CESARI

Corte de Contas analisa processo de arrendamento transitório de área do Cais do Saboó feito pela Autoridade Portuária com a companhia

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



A área explorada em contrato de arrendamento transitório está inserida no projeto do terreno para o Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres e carga geral do porto

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai investigar possíveis irregularidades no contrato transitório da Cesari com a Autoridade Portuária de Santos (APS), companhia que administra o Porto de Santos (SP). O contrato refere-se à

exploração de uma área de cerca de 21 mil metros quadrados na região do Saboó, na margem direita do maior porto do país.

O despacho foi apresentado pela empresa Reliance Agenciamento e Serviços Portuários Ltda. e entregue ao ministro Jhonatan Jesus. Entre as justificativas do objeto, a empresa alega desvio de finalidade e descumprimento de obrigações contratuais pela arrendatária. São elas: não realização da movimentação mínima contratada, de 40 mil toneladas mensais e ausência de armazenagem efetiva de cargas; operação exclusiva em regime de “descarga direta”; ausência de licenciamento

ambiental junto à Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e de alfandegamento pela Receita Federal.

Além desses apontamentos, o despacho argumenta omissão tanto da APS quanto da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) no dever de fiscalização.

O despacho propõe o indeferimento da cautelar pleiteada e a realização de diligências junto à APS e a Antaq, com objetivo de obter informações sobre suposta omissão na fiscalização das irregularidades apontadas.

Entre as medidas solicitadas à Corte de Contas está que a APS apresente, no prazo de 15 dias, a partir da notificação oficial, informações e documentações referentes à fiscalização do contrato de transição da companhia com a Cesari.

Além disso, foram solicitados, também, demonstrativo de faturamento e comprovantes de pagamento das parcelas fixas e variáveis dos últimos 12 meses, evidenciando se houve a cobrança e a quitação dos valores referentes à Movimentação Mínima Contratual (MMC) de 40.000 toneladas/mês; justificativa técnica e operacional para a admissibilidade da operação exclusiva em regime de “descarga direta” em detrimento da armazenagem em pátio, e se tal modalidade configura subutilização da área arrendada frente às necessidades do porto.

Será pedido o estágio atual referente ao licenciamento ambiental junto à Cetesb e do alfandegamento perante a Receita Federal.

A área explorada em contrato de arrendamento transitório está inserida no projeto do terreno para o Tecon Santos 10, futuro megaterminal de contêineres e carga geral do Porto de Santos.

Em nota, a APS informou que ainda não foi notificada de forma oficial sobre o referido despacho. O contrato com a Cesari, segundo a Autoridade Portuária, foi assinado em 25 de junho deste ano, com prazo de um ano, contado a partir de 27 de junho de 2025, ou até que se encerre o processo licitatório da área, que será do vencedor do leilão do Tecon Santos 10, ou uma nova definição de uso pelo poder público o que ocorrer primeiro.

A reportagem tentou contato com a empresa Cesari, mas até o fechamento desta matéria não obteve retorno.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

PORTOS DA REGIÃO NORTE CRESCEM 31% E MOVIMENTAM 12,6 MILHÕES DE TONELADAS

Resultado de outubro foi impulsionado pela navegação interior e pela expansão da cabotagem, com destaque para o transporte de contêineres

Da Redação redacao.jornal@redebeneews



Entre as principais mercadorias movimentadas no período, o milho liderou com 3,8 milhões de toneladas, seguido pela bauxita (1,9 milhão), e pelos contêineres (1 milhão)

Os portos da Região Norte do Brasil movimentaram 12,6 milhões de toneladas de cargas em outubro de 2025, volume 31,46% superior ao registrado no mesmo período de 2024, quando a movimentação somou 10,2 milhões de toneladas. Os números, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq),



confirmam a trajetória de crescimento da atividade portuária na região.

Segundo o levantamento feito pelo Ministério de Portos e Aeroportos, o avanço foi impulsionado principalmente pela navegação interior, que respondeu por 7,4 milhões de toneladas, crescimento de 25,28% na comparação anual. A modalidade teve papel fundamental na integração logística regional, especialmente no escoamento da produção agrícola e mineral.

A navegação de cabotagem também apresentou desempenho positivo, com alta de 26,71% em relação a outubro do ano anterior, totalizando 872 mil toneladas movimentadas. O principal destaque foi o transporte de contêineres, que registrou crescimento de 128%, evidenciando o fortalecimento da cabotagem como alternativa logística eficiente, sustentável e competitiva.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os dados demonstram que investimentos estratégicos na região são importantes também para a logística nacional. “O desempenho da Região Norte reflete os investimentos em infraestrutura portuária e logística e reforça o papel dos portos como vetores de desenvolvimento econômico, integração regional e ampliação da competitividade das exportações brasileiras”, afirmou.

Movimentação

A navegação de longo curso alcançou 4,4 milhões de toneladas, crescimento de 19,22% na comparação com outubro de 2024, mantendo papel relevante no fluxo de exportações da Região Norte.

Entre as principais mercadorias movimentadas no período, o milho liderou com 3,8 milhões de toneladas, seguido pela bauxita, com 1,9 milhão de toneladas, e pelos contêineres, que somaram aproximadamente 1 milhão de toneladas.

No recorte por terminal, o Porto de Vila do Conde (PA) registrou o maior volume movimentado em outubro, com 1,8 milhão de toneladas. Na sequência, o Porto de Santarém (PA) alcançou 1 milhão de toneladas movimentadas no período.

O resultado da Região Norte acompanha o bom momento do setor portuário brasileiro. Segundo a Antaq, os meses de setembro e outubro registraram movimentações de 120,4 milhões e 121,5 milhões de toneladas, respectivamente, os maiores volumes da série histórica.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

BRASIL AMPLIA DEBATE SOBRE CONVENÇÕES MARÍTIMAS APÓS RECONDUÇÃO AO CONSELHO DA IMO

Com mais de 95% do comércio exterior pelo mar, país discute no Legislativo tratados sobre responsabilidade civil, destroços e facilitação do transporte internacional

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redenenews.com.br

Segundo a Antaq, o Brasil endossa e cumpre 11 convenções e códigos internacionais que regulamentam temáticas como transporte, infraestrutura, segurança e sustentabilidade

**COMO MAIS DE 95% DAS TROCAS COMERCIAIS
BRASILEIRAS SÃO MOVIMENTADAS POR VIA
MARÍTIMA, O PAÍS É SIGNATÁRIO DE TRATADOS E
ACORDOS GLOBAIS ESTABELECIDOS ENTRE AS
NAÇÕES PARA REGULAR A NAVEGAÇÃO, A
SEGURANÇA, A PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO, A
RESPONSABILIDADE CIVIL, O TRABALHO NO MAR E
OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO
TRANSPORTE MARÍTIMO E AO USO DOS OCEANOS**



No último mês de novembro, o Brasil foi reeleito para o Conselho da Organização Marítima Internacional, a IMO. O mandato vai até 2027. O colegiado é o principal órgão executivo da IMO, integrado por 40 países. Como mais de 95% das trocas comerciais brasileiras são movimentadas por via marítima, o país é signatário de tratados e acordos globais estabelecidos entre as nações para regular a navegação, a segurança, a prevenção da poluição, a responsabilidade civil, o trabalho no mar e outras atividades relacionadas ao transporte marítimo e ao uso dos oceanos.

A página da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) na internet mostra que o Brasil é signatário de 11 desses acordos, ou seja, endossa e cumpre convenções e códigos internacionais que regulamentam temáticas como transporte, infraestrutura, segurança e sustentabilidade.

“Estamos aqui por solicitação da própria Marinha para podermos adequar, ou incorporar, ou ratificar essas modificações de 2009. Obviamente, nós vamos votar favoravelmente e eu penso que o conjunto dos parlamentares e partidos será favorável à matéria”, defendeu a deputada federal Erika Kokay (PT-DF) à ocasião da votação, no plenário da Câmara dos Deputados, do Projeto de Decreto Legislativo nº 480/23 (Texto consolidado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional (FAL 65), adotada na Organização Marítima Internacional, conforme emendada pela Resolução FAL.10 (35).

As convenções marítimas tramitam pelo Congresso Nacional. Esse processo envolve o Poder Executivo, que prepara o texto e envia ao Parlamento, onde passa por comissões e plenários das duas casas. Hoje, duas convenções que estão no Legislativo são importantes para o setor marítimo brasileiro, a CLC 92 e a Convenção de Nairóbi. Ambas tramitam por meio dos projetos de decreto legislativo 167, de 2025, e 269, de 2024, respectivamente.

Enquanto a CLC 92 trata da responsabilidade civil em casos de poluição por óleo, garantindo regras claras para custeio, indenização e proteção ambiental, Nairóbi estabelece o padrão internacional para localização, marcação e remoção de destroços, reforçando a segurança da navegação e reduzindo riscos ambientais e operacionais. Os dois projetos estão sob análise da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado.

No mês de outubro, o Senado aprovou o projeto que ratifica o texto atualizado da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional para tornar mais simples, padronizados e seguros os procedimentos e regras que disciplinam a chegada, a permanência e a saída de navios em portos de todo o mundo. O relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi o senador Efraim Filho (União Brasil-PB).

“A convenção constitui um instrumento multilateral voltado à harmonização de procedimentos administrativos e à eliminação de entraves burocráticos no tráfego marítimo internacional. Ao estabelecer mecanismos de simplificação documental e interoperabilidade entre sistemas, o tratado contribui diretamente para a modernização do setor portuário, a redução de custos logísticos e a ampliação da previsibilidade regulatória, sendo compatível com os objetivos estratégicos do Brasil de aumentar sua competitividade global e sua integração aos fluxos comerciais marítimos”, declarou o senador.

Debate jurídico

A primeira edição do Fórum Nacional Brasil Export Minas e Energia, realizado em Brasília, teve um painel dedicado ao debate jurídico sobre os acordos marítimos internacionais: Regulação, Convenções Internacionais e a Formação de Marítimos: Desafios e Avanços para o Setor Marítimo e de Óleo & Gás. Para os participantes do painel, o desenvolvimento do setor marítimo e da indústria de óleo e gás deve se adequar às normas nacionais, convenções internacionais e à formação qualificada para atender padrões cada vez mais rigorosos de segurança e operação.

“O Brasil tem uma dificuldade na adoção. De 165 convenções marítimas, na área de transporte marítimo, apenas 65 foram adotadas. Mas, está tendo um desenvolvimento, até porque 95% das cargas exportadas e importadas são feitas pelo transporte marítimo. À medida da relevância que o Brasil está se tornando no cenário internacional, acaba justamente trazendo a reboque essa

necessidade da adesão das convenções”, explicou Iwam Jaeger, consultor marítimo sênior do Grupo ABL, debatedor do painel.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

FUNDO DA MARINHA MERCANTE APROVA NOVOS PROJETOS; INVESTIMENTO CHEGA A R\$ 5 BI

Entre os principais está a construção de 93 embarcações, sendo 86 balsas, dois rebocadores, quatro empurradores e uma estação flutuante

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



No acumulado de 2025, o Fundo da Marinha Mercante alcança R\$ 32,1 bilhões em projetos aprovados, um recorde. As iniciativas têm potencial para gerar 9.662 empregos diretos.

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), por meio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM), aprovou 25 novos projetos que somam R\$ 3,8 bilhões em

investimentos e reapresentou nove outros no valor de R\$1,2 bilhão, durante a 61ª Reunião Ordinária realizada nesta quarta-feira (17).

Entre os principais projetos aprovados, está o da Mobile Port Logística e Navegação Ltda., que prevê a construção de 93 embarcações, sendo 86 balsas, dois rebocadores, quatro empurradores e uma estação de transbordo flutuante totalizando R\$ 1,07 bilhão em investimentos, com impacto direto na logística do Arco Norte. Também foi aprovado o projeto da Transpetro para a construção de 36 embarcações (18 barcaças e 18 empurradores), no valor de R\$ 616 milhões, atualmente em fase de licitação.

No acumulado de 2025, o Fundo já alcança R\$ 32,1 bilhões em projetos aprovados, um recorde histórico desde sua criação, em 1958. As iniciativas têm potencial para gerar 9.662 empregos diretos e fortalecer a indústria naval e a navegação interior do país.

Após aprovação, os empreendimentos terão até 450 dias para formalizar a contratação do financiamento, prazo que pode ser reduzido para 180 dias em caso de prorrogação.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o resultado confirma o compromisso do Governo Federal com a retomada do setor naval. “O Fundo da Marinha Mercante é um instrumento estratégico para fortalecer a indústria naval, modernizar a frota brasileira e ampliar a eficiência logística do país. Esses investimentos geram emprego, renda e promovem o desenvolvimento regional”, afirmou.

Segundo o secretário executivo do MPor e presidente do CDFMM, Tomé Franca, os projetos refletem o alinhamento do Fundo às prioridades do setor. “As decisões do Conselho fortalecem a navegação interior, ampliam a capacidade logística do país e garantem previsibilidade aos investimentos. O Fundo cumpre um papel essencial ao apoiar desde a modernização da frota até a melhoria da infraestrutura portuária”, destacou.

Durante a reunião, também foram apresentados os resultados do FMM em 2025. Um total de R\$ 7,3 bilhões já foi contratado no ano, o maior volume dos últimos 13 anos. Até novembro, os recursos de crescimento somaram R\$ 1,5 bilhão, consolidando a retomada da indústria naval e a atuação estratégica do Fundo.



A próxima rodada de análise de projetos ocorrerá na 62ª Reunião Ordinária do CDFMM, marcada para 19 de março de 2026. As propostas poderão ser apresentadas até 19 de janeiro de 2026.

Investimentos do Fundo Clima

O FMM também destinou R\$4,2 bilhões ao Fundo Clima (EcoInvest), voltados à modernização de hidrovias e portos, ao apoio a comunidades ribeirinhas e à redução das emissões de carbono no setor aquaviário.

Para o secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, a iniciativa demonstra o compromisso ambiental da pasta. “A descarbonização da navegação e da infraestrutura aquaviária é um eixo central da política pública que estamos construindo. Direcionar recursos para projetos mais eficientes, com menor impacto ambiental e forte integração com a bioeconomia, especialmente na Amazônia, é fundamental para tornar o transporte aquaviário mais competitivo e sustentável”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

ANTT APROVA PRIMEIRAS CONCESSÕES DE FERROVIAS DESDE 2021 E DESTRAVA PROJETOS

Agência autoriza avanço de modelagens e envio ao TCU de projetos estratégicos, como a Ferrogrão, marcando retomada dos investimentos

Por ALINE BECKETTY redacao.jornal@redebenews

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou as primeiras concessões ferroviárias desde 2021, sinalizando a retomada da agenda de investimentos no setor ferroviário brasileiro. As decisões foram tomadas em reunião deliberativa da diretoria da agência na quarta-feira (17), e envolvem a autorização para o avanço de projetos

considerados estratégicos para a integração logística do país, entre eles a Ferrogrão cujo projeto estava parado devido questionamentos na Justiça o Anel Ferroviário do Sudeste e a ferrovia Vitória–Rio (EF-118).

Agora, os estudos serão encaminhados para o Ministério dos Transportes e, depois, seguem para o Tribunal de Contas da União (TCU).

Entre os temas que foram reavaliados pela agência e por um Grupo de Trabalho do Ministério dos Transportes estão os estudos de demanda, engenharia, operação, meio ambiente e a modelagem econômico-financeira.

O diretor-geral da ANTT, Guilherme Sampaio, que relatou o processo, afirmou que o grupo seguiu todas as determinações do STF, respeitando questões ambientais e dos povos originários, e que agora a questão será analisada pelo Tribunal de Contas.

Ele também falou que a Ferrogrão é importante porque vai atender à crescente demanda do setor agrícola do Centro-Oeste, com integração eficiente entre os modais ferroviário e hidroviário, especialmente por meio da hidrovia do Rio Tapajós.

Outros destaques foi a aprovação do envio ao TCU do projeto de concessão da ferrovia Vitória–Rio (EF-118). A medida representa um passo decisivo para viabilizar a licitação do empreendimento, após anos sem novos projetos ferroviários avançarem na esfera regulatória.

A ferrovia Vitória–Rio é vista como fundamental para conectar a malha ferroviária do Sudeste, ampliando a capacidade de escoamento de cargas entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro e

fortalecendo o acesso aos portos da região. O projeto também busca reduzir custos logísticos e aumentar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes, hoje concentrada nas rodovias.

Segundo a ANTT, a modelagem aprovada leva em conta a complexidade do empreendimento, com implantação por etapas e mecanismos para garantir a viabilidade econômico-financeira da concessão. O envio ao TCU permitirá a análise técnica e jurídica do projeto, etapa necessária antes da publicação do edital e da realização do leilão, previsto para 2026.

A aprovação das primeiras concessões desde 2021 ocorre em meio ao esforço do governo federal para retomar o planejamento de longo prazo do setor de transportes, alinhado às diretrizes do Plano Nacional de Logística e às metas de ampliação da infraestrutura ferroviária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

CONGONHAS COMPLETA DOIS ANOS SOB GESTÃO PRIVADA E PROJETA R\$ 2,4 BI EM INVESTIMENTOS

Privatizado em 2023, aeroporto da capital paulista amplia áreas comerciais, moderniza operações e se prepara para ganhar um novo terminal até 2028

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O projeto de longo prazo no Aeroporto de Congonhas inclui a construção de um novo terminal de passageiros, que colocará fim ao modelo atual da sala de embarque remoto

O Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, completou dois anos sob a gestão da Aena Brasil, concessionária que assumiu a administração do terminal após o processo de privatização concluído em 2023. Controlada pelo grupo espanhol que administra cerca de 80 aeroportos pelo mundo, a operadora prevê

investimentos totais de R\$ 2,4 bilhões até 2028 para transformar o segundo aeroporto mais movimentado do país em um terminal com padrões internacionais.

Com duas pistas e cerca de 600 voos domésticos por dia, Congonhas passa por uma série de intervenções que já começam a ser percebidas pelos aproximadamente 24 milhões de passageiros que utilizam o aeroporto anualmente.

Segundo o diretor-executivo do aeródromo, Kleber Meira, os dois primeiros anos de concessão foram marcados por melhorias estruturais imediatas. “Nesses dois anos de concessão muitas coisas foram feitas. Nós fizemos uma reforma na área dos aplicativos de transporte, ampliação no canal de embarque, saindo de 11 para 16. Com isso, conseguimos acessar 90% dos usuários em menos de cinco minutos. Tivemos também ampliações de áreas comerciais e, mais recentemente, a sala de embarque remota”, afirmou.

A área comercial do aeroporto passou de cerca de 5 mil para mais de 10 mil metros quadrados, com investimentos de aproximadamente R\$ 60 milhões. O melhor aproveitamento de espaços antes ociosos permitiu a abertura de novas lojas, restaurantes e salas VIP. Atualmente, Congonhas conta com 82 operações de varejo e alimentação e duas salas VIP com mais de mil metros quadrados cada, além de novos restaurantes e serviços.

Um dos destaques recentes foi a ampliação da sala de embarque remoto, que recebeu investimento de R\$ 30 milhões, mesmo sem constar como obrigação contratual da concessão. O espaço manteve a mesma área física, mas ganhou novo layout. O número de assentos passou de 213 para 339. Hoje,



a sala atende, em média, 15 mil passageiros por dia, o equivalente a cerca de 45% de todos os embarques do aeroporto.

“Em 2028, vai ser concluída a fase 1B, que é toda a expansão e construção do novo terminal. Mas, até lá, o compromisso é fazer com que melhore cada vez mais a experiência do passageiro que usa o aeroporto de Congonhas”, destacou Meira.

Além da expansão comercial, mais de R\$ 150 milhões já foram aplicados em melhorias operacionais, como a ampliação da área de inspeção de segurança, que passou a contar com 16 canais de raio-X. Com o novo layout, mais de 98% dos passageiros passam pelo controle em menos de cinco minutos, segundo a Aena. O terminal também recebeu retrofit de sanitários, nova iluminação em LED, melhorias de sinalização e intervenções em pistas e pátios.

Para os próximos meses, estão previstas a renovação dos equipamentos de publicidade e a abertura de novos pontos comerciais. Em 2026, devem começar as concorrências para novos operadores.

O projeto de longo prazo inclui a construção de um novo terminal de passageiros, que colocará fim ao modelo atual da sala de embarque remoto. Com a ampliação das pontes de embarque de 12 para 19, mais de 70% dos usuários passarão a acessar as aeronaves por fingers. O embarque remoto será transferido para um hangar tombado pelo Patrimônio Histórico, que será totalmente restaurado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

OPERAÇÃO FIM DE ANO REFORÇA FISCALIZAÇÃO EM AEROPORTOS DE 15 ESTADOS

Iniciativa envolve atuação integrada de órgãos públicos e entidades do setor para acompanhar operações aéreas e fluxo de passageiros no pico das festas de fim de ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Diante do crescimento da aviação brasileira, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), juntamente com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Aeroportos Brasil (ABR) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), anunciou a realização da Operação Fim de Ano. A iniciativa ocorrerá entre os dias 19 de dezembro de 2025 e 5 de janeiro de 2026, concentrando ações intensificadas nos aeroportos de maior movimento do país durante as festividades de Natal e Réveillon.

O principal objetivo da operação é acompanhar a movimentação nos terminais durante este período de pico, assegurando a prestação adequada e segura do serviço de transporte aéreo aos passageiros. Para isso, haverá um reforço de servidores da Anac atuando simultaneamente em aeroportos de 15 estados em todas as regiões do Brasil.

A estratégia envolve uma atuação permanente e integrada entre o MPor, Anac, Abear e ABR no monitoramento dos terminais, acompanhando de perto tanto as operações aéreas quanto o fluxo de passageiros.

“Estamos atuando de forma integrada para que, neste período em que há grande fluxo de passageiros, o transporte se mantenha organizado, com qualidade e respeito ao cidadão, garantindo que todos possam viajar com segurança e dignidade”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Essa iniciativa soma-se a um histórico de fiscalizações realizadas ao longo de 2025, ano em que a Anac já inspecionou 76 bases de empresas aéreas e 30 operadores aeroportuários. Segundo Tiago Faienstein, diretor-presidente da Anac, o aumento da movimentação no fim de ano exige atenção redobrada, e a agência está atenta para garantir tranquilidade nas viagens.

As entidades representativas do setor reforçaram a importância da colaboração entre os entes públicos e privados. Fábio Rogério Carvalho, presidente da ABR, declarou que o grupo trabalhará intensamente para atender toda a demanda, visando garantir que “os brasileiros cheguem aos seus destinos e retornem felizes para suas casas”.

Já o presidente da Abear, Juliano Noman, ressaltou que a aviação brasileira possui altos índices de eficiência operacional e que o trabalho conjunto é fundamental. “O compromisso das companhias é a melhoria contínua dos processos e serviços para oferecer aos passageiros um atendimento de qualidade, dentro das regras operacionais e de segurança”, destacou Noman.

Durante a operação, a fiscalização observará o cumprimento de normas essenciais em todo o país. Os passageiros são orientados a estar atentos às regras das Resoluções nº 400/2016 e nº 280/2013 da Anac. A primeira trata da assistência ao passageiro em casos de atrasos e cancelamentos de voos, enquanto a segunda aborda as normas de acessibilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

PETROBRAS FIRMA PARCERIA COM LIGHTSOURCE BP E ENTRA NA GERAÇÃO SOLAR EM ESCALA COMERCIAL

Estatual adquire 49,99% das subsidiárias da empresa no Brasil e cria joint venture voltada a projetos de energia renovável e armazenamento, sujeita a aval regulatório

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a parceria com a Lightsource se insere na estratégia da companhia para ampliar sua atuação em fontes renováveis

COM A PARCERIA, A PETROBRAS PASSA A ATUAR DIRETAMENTE NO SEGMENTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR EM ESCALA COMERCIAL, AMPLIANDO SUA PRESENÇA NO MERCADO BRASILEIRO DE FONTES RENOVÁVEIS

A Petrobras e a Lightsource bp anunciaram a assinatura de um acordo para estabelecer uma parceria no segmento de energias renováveis onshore no Brasil. Pelo entendimento, a Petrobras adquirirá 49,99% das subsidiárias da Lightsource bp no país, em uma operação que resultará na criação de uma joint venture com gestão compartilhada entre as duas companhias. A conclusão da transação está condicionada à obtenção das aprovações regulatórias necessárias.

Com a parceria, a Petrobras passa a atuar diretamente no segmento de geração de energia solar em escala comercial, ampliando sua presença no mercado brasileiro de fontes renováveis. A iniciativa também prevê a constituição de uma plataforma voltada à agregação de novos negócios em energias renováveis, incluindo projetos de armazenamento de energia.

A estatal já vinha desenvolvendo projetos de geração solar associados às suas próprias operações industriais. De acordo com a empresa, há planos para a instalação de 56 MW de capacidade solar até 2027 em unidades de refino, dos quais 10 MW já estão em operação na Refinaria Gabriel Passos (Regap). A joint venture com a Lightsource bp, no entanto, permite uma atuação mais ampla, voltada não apenas ao autoconsumo, mas também ao atendimento de outros consumidores no mercado de energia.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, afirmou que a parceria se insere na estratégia da companhia para ampliar sua atuação em fontes renováveis. “Estamos dando hoje um importante passo na atuação da Petrobras no segmento de energia solar. Essa parceria representa um avanço

fundamental na trajetória da companhia rumo à Transição Energética Justa e se soma aos projetos de geração renovável em implantação pela Petrobras em seus ativos, como nas refinarias Regap e Replan. Estamos comprometidos em liderar esse processo no país, ampliando nossa presença em novas fontes energéticas, promovendo a descarbonização de nossas operações e produzindo combustíveis mais sustentáveis. Seguiremos provendo a energia necessária para o desenvolvimento do Brasil”, disse.

Do lado da Lightsource bp, a parceria combina a experiência da empresa no desenvolvimento, construção e operação de projetos de energias renováveis onshore e armazenamento de energia com a atuação da Petrobras no setor energético brasileiro. Segundo Joaquin Oliveira, CEO da Lightsource bp, a joint venture deverá impulsionar a expansão de soluções de energia de baixo carbono no país. “Juntos, esta parceria combinará a expertise de ponta a ponta da Lightsource bp em renováveis onshore e armazenamento de energia no Brasil com as capacidades estratégicas da Petrobras para impulsionar ainda mais o crescimento de soluções de energia de baixo carbono em todo o Brasil”, afirmou. Ele acrescentou que a companhia acumula quase sete anos de atuação no mercado brasileiro, abrangendo todas as fases dos projetos, do desenvolvimento à operação. “Com a nossa forte expertise local, construída ao longo de quase sete anos de atividade no Brasil em todas as fases de desenvolvimento, construção e operação de projetos, continuaremos a gerar valor para a empresa, para os nossos clientes e stakeholders. Estamos entusiasmados com esta parceria com a Petrobras”, declarou.

Autorizações

O fechamento do negócio permanece condicionado às autorizações dos órgãos reguladores competentes. Uma vez concluída a operação, a Lightsource bp contribuirá para a joint venture com um portfólio de projetos no Brasil que inclui entre 1 e 1,5 GW em estágio mais avançado de desenvolvimento, além de outros empreendimentos em fases menos maduras.

Entre os ativos incluídos está a usina solar fotovoltaica de Milagres, localizada no município de Abaiara, no Ceará. O empreendimento entrou em operação em 2023 e conta com 212 MWp de capacidade instalada, figurando entre as maiores usinas solares do estado.

De acordo com as empresas, a joint venture tem como objetivo desenvolver projetos de energia renovável com viabilidade econômica e ampliar a presença da Petrobras e da Lightsource bp entre os principais grupos atuantes no setor de energia renovável no Brasil.

A Lightsource bp integra o grupo bp e atua no desenvolvimento, construção e operação de projetos de energias renováveis onshore de grande escala e soluções de armazenamento de energia. A empresa está presente em três regiões globais, com 11,9 GW de projetos desenvolvidos e um pipeline global superior a 55 GW. Suas atividades abrangem desde a seleção inicial de áreas, financiamento e licenciamento, até engenharia, gestão da construção e operação dos ativos, com foco em projetos híbridos e orientados à demanda do mercado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 19/12/2025

IBOVESPA SOBE COM ALÍVIO PONTUAL, MAS SEGUE PRESSIONADO POR RISCO POLÍTICO



Declarações de **Ciro Nogueira** e sinalizações do Banco Central ajudam índice a voltar ao campo positivo

Do Estadão Conteúdo

Ciro Nogueira disse que o ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente preso e fiador da campanha de Flávio, “não vai arriscar” caso a candidatura do filho não decole até março



O dia foi de recuperação relativamente bem distribuída pelas ações de primeira linha na B3, que colocou o Ibovespa de volta ao campo positivo no fechamento desta quinta-feira, 18, lutando muito, porém, sem obter o degrau acima do nível em que havia encerrado quarta e também a sessão de 5 de dezembro, que ficou conhecida como 'Flávio Day'. A então surpreendente pré-candidatura presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pegou o mercado no contrapé, há quase duas semanas, intervalo em que a percepção de risco político, ausente havia algum tempo, voltou a dar o tom.

Nesta quinta-feira, 18, contribuiu para a relativa melhora da percepção do investidor o relato do senador Ciro Nogueira (PI), presidente da federação partidária União Brasil-Progressistas e um dos principais líderes do Centrão, de que se não houver viabilidade eleitoral de Flávio até março, a tendência é de que a carta Tarcísio de Freitas permaneça sobre a mesa na disputa pelo Planalto.

Em entrevista ao Valor, Nogueira avaliou que o ex-presidente Jair Bolsonaro, atualmente preso e fiador da campanha do filho, "não vai arriscar" caso a candidatura de Flávio não decole até março. Dessa forma, segundo o senador, a possibilidade de o governador de São Paulo disputar a Presidência não seria, no momento, "um projeto enterrado". "Vai depender da viabilidade eleitoral de Flávio", acrescentou. Quarta, a posição de Nogueira que havia sido reportada por um site de notícias era oposta à da expressa nesta quinta pelo próprio senador do PP no sentido, então, de que Tarcísio buscaria a reeleição em São Paulo no próximo ano.

Assim, com foco no noticiário de Brasília, o Ibovespa ganhou um pouco de tração ainda no início da tarde, mas fechou o dia em alta moderada a 0,38%, aos 157.923,34 pontos, um pouco mais perto da máxima (158.495,49) do que da mínima (157.123,58) da sessão, em que saiu de abertura aos 157.326,54 pontos. O giro financeiro da B3 ficou em R\$ 26,3 bilhões nesta quinta. Na semana, o índice da B3 ainda acumula perda de 1,77% e, no mês, recua 0,72%, após ter fechado as duas sessões anteriores em baixa. No ano, o índice da B3 sobe 31,29%.

Galípolo

Na agenda econômica, destaque para os comentários do presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em entrevista coletiva após a divulgação do Relatório de Política Monetária (RPM). Ele disse que ainda não há uma definição sobre o próximo ajuste da taxa Selic em janeiro, destaca Luise Coutinho, head de produtos e alocação da HCI Advisors. "Essa fala trouxe um alívio para o mercado e fez com que as taxas dos contratos de juros futuros passassem a operar em terreno negativo", acrescenta Luise, referindo-se à curva do DI em um ponto de inflexão durante a coletiva de Galípolo, o que contribuiu para dar apoio ao apetite por ativos de risco, como ações, na virada da manhã para a tarde.

O presidente do BC observou, também, que o mercado costuma buscar "dicas em um texto que não tem dica", em referência à comunicação do Comitê de Política Monetária (Copom). "Tem um 'memezinho' já sobre isso rodando, e é meio um problema da quadratura do círculo, porque eu estou tentando achar uma dica em um texto que não dá dica", ressaltou Galípolo. "Eu não consigo achar uma dica sobre o que vai ser feito, e é por isso que a gente está dizendo que está dependendo dos dados, porque não decidimos o que vamos fazer", acrescentou o presidente do BC.

Petrobras destoa

Na B3, entre as ações de primeira linha, apenas Petrobras destoou ao fim, em leve baixa de 0,25% na ON e de 0,58% na PN. Principal ação do Ibovespa, Vale ON subiu 0,26% e, entre os bancos, os ganhos no fechamento desta quinta-feira ficaram entre 0,19% (BB ON) e 1,95% (BTG Unit). Na ponta do Ibovespa, destaque para Brava (+6,16%), Suzano (+5,74%), Klabin (+2,32%) e PetroReconcavo (+2,08%). No lado oposto, Direcional (-3,48%), Natura (-2,59%), Assaí (-2,57%) e Hap-vida (-1,93%).

Para Nicolas Gass, estrategista de investimentos e sócio da GT Capital, os mercados locais têm apresentado, recentemente, forte volatilidade muito mais "em função do cenário eleitoral do que de qualquer outro fator".

“Tivemos falas do governador Tarcísio de Freitas sinalizando apoio a Flávio Bolsonaro, o que imediatamente chamou a atenção dos investidores. E, agora, também a pesquisa da AtlasIntel mostrando que Lula venceria ainda em todos os cenários simulados inclusive em eventual confronto com o próprio Tarcísio”, diz Gass, observando que Flávio Bolsonaro começa a emergir, atualmente, como o principal nome da oposição o que não impede a liderança “com folga” de Lula na pesquisas de intenção de voto.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 19/12/2025

COMUNICAÇÃO & MARKETING VESTIR-SE MELHOR É VANTAGEM COMPETITIVA? O IMPACTO DA IMAGEM NO SUCESSO PROFISSIONAL



CLARA LAFACE

Consultora de imagem corporativa e escritora

opinioao@portalbenews.com.br

Muitos líderes e profissionais de ponta ainda tratam a imagem pessoal como um tema periférico no mundo corporativo — e fora dele também. Fazem uma leitura reducionista, associando a imagem apenas ao cuidado com a aparência ou à exposição pública. Veja bem: ambas são importantes e fazem parte da gestão desse ativo, porém vão muito além disso.

E se eu lhe dissesse que a gestão da sua imagem é uma espécie de variável econômica? Que a sua imagem é parte do seu equity pessoal? Vamos entender melhor.

Equity pessoal pode ser entendido como o valor acumulado que um profissional carrega consigo a partir da soma entre conhecimento teórico e técnico, histórico de decisões, previsibilidade de comportamento, qualidade das relações construídas e capacidade de gerar confiança recorrente. É o ativo que faz com que um nome reduza incertezas, facilite decisões e sustente permanência em ambientes de alta exigência.

Nesse contexto, a imagem tanto pode gerar valor quanto destruir equity. A diferença está no modo como ela é construída, sustentada e percebida ao longo do tempo. A imagem gera valor quando funciona como sinal de maturidade e verdade, não como performance.

Em posições de liderança, a imagem que gera equity é aquela que comunica estabilidade, critério e coerência. Pessoas com alto equity pessoal não precisam reafirmar autoridade de forma constante. Sua presença organiza o ambiente, e suas decisões são compreendidas mesmo quando não agradam a todos. Existe uma base sólida que não se rompe ao primeiro sinal de instabilidade. Alguns sinais claros de imagem geradora de valor:

Previsibilidade comportamental

Não se trata de rigidez, mas de consistência. O mercado confia em quem mantém padrões claros de conduta, mesmo sob pressão. Mudanças bruscas de discurso, humor ou posicionamento fragilizam o equity porque aumentam a percepção de risco. Comunicação alinhada ao papel ocupado

Executivos com alto equity ajustam linguagem, comunicação visual, exposição e posicionamento ao cargo que exercem. Não confundem protagonismo com exposição excessiva. Sabem quando falar, quando silenciar e quando chegou a vez de delegar a voz.

Reputação construída antes da necessidade

Quando a imagem gera valor, convites surgem antes da autopromoção, e indicações acontecem sem solicitação direta. Há confiança prévia na capacidade de entrega. O equity pessoal se manifesta

quando o profissional é lembrado não apenas pela competência técnica, mas pela forma como conduz processos, pessoas e decisões.

Em setores como infraestrutura, logística, energia e comércio exterior — onde contratos são longos, investimentos elevados e riscos distribuídos — esse tipo de imagem funciona como um amortecedor. Reduz atritos, acelera consensos e protege relações em momentos críticos.

Quando a imagem destrói equity

O ponto menos discutido é que a imagem também pode corroer valor de forma silenciosa. Nem sempre por erros graves, mas pelo acúmulo de más escolhas. A destruição de equity raramente acontece de maneira abrupta; ocorre por desgaste progressivo. Alguns exemplos recorrentes em ambientes executivos:

Excesso de exposição desconectada do papel

Quando líderes buscam visibilidade constante sem critério, passam a competir por atenção em vez de gerar confiança. A percepção externa muda: de referência para ruído. Em vez de fortalecer a presença, a imagem passa a gerar dúvida sobre foco e prioridade.

Discurso sofisticado sem base

Imagem bem construída tem a aparência que abre portas quando comunica o papel desempenhado, a comunicação que cria pontes e o comportamento como base que sustenta os outros dois. Quando há desalinhamento entre discurso e prática, o equity se deteriora. A leitura de mercado é rápida: coerência não se sustenta no longo prazo sem correspondência concreta.

Oscilação de posicionamento em cenários de pressão

Crises revelam mais do que constroem. Profissionais que mudam radicalmente de postura, valores ou narrativa diante da tensão transmitem instabilidade. O equity pessoal depende da capacidade de atravessar momentos difíceis sem romper a lógica que sustenta a confiança construída.

Confusão entre carisma e liderança

Carisma pode abrir portas. Equity mantém essas portas abertas. Quando a imagem se apoia apenas em simpatia, performance social ou habilidade de agradar, o valor é frágil. Em ambientes de decisão, esse tipo de imagem não resiste.

Equity pessoal como ativo econômico

Em cenários de crescimento baixo, como os projetados para o futuro, o equity pessoal ganha ainda mais relevância. Quando há menos margem para erro, menos recursos disponíveis e mais competição por espaço, decisões passam a considerar não apenas competência técnica, mas custo reputacional.

Profissionais com alto equity:

- têm maior tolerância a erros pontuais;
- preservam espaço mesmo em reestruturações;
- são chamados para compor mesas críticas;
- influenciam decisões sem precisar ocupar o centro do palco.

Já aqueles com equity fragilizado enfrentam o oposto: precisam se justificar mais, provar valor com mais frequência e são os primeiros a serem questionados em cenários adversos.

A diferença central está em entender a imagem como estrutura de valor, e não como algo superficial. Quando a imagem nasce de critérios internos claros, conduta consistente e leitura madura de contexto, ela acumula equity. Quando nasce de improviso, vaidade ou performance, consome esse capital.

No fim, a pergunta que líderes deveriam se fazer não é “como estou sendo visto”, mas: minha imagem reduz ou aumenta a incerteza ao meu redor? A resposta a essa pergunta define se a imagem está, de fato, gerando valor.

Clara Laface escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

EM POSIÇÕES DE LIDERANÇA, A IMAGEM QUE GERA EQUITY É AQUELA QUE COMUNICA ESTABILIDADE, CRITÉRIO E COERÊNCIA. PESSOAS COM ALTO EQUITY PESSOAL NÃO PRECISAM REAFIRMAR AUTORIDADE DE FORMA CONSTANTE. SUA PRESENÇA ORGANIZA O AMBIENTE, E SUAS DECISÕES SÃO COMPREENDIDAS MESMO QUANDO NÃO AGRADAM A TODOS

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/12/2025

COMUNICAÇÃO & MARKETING – OPINIÃO VESTIR-SE MELHOR É VANTAGEM COMPETITIVA? O IMPACTO DA IMAGEM NO SUCESSO PROFISSIONAL



FABIOLLA DE PAULA

Consultora de imagem pessoal e corporativa.
Especialista em etiqueta & comportamento.
Palestrante e mentora
opinio@portalbenews.com.br

A socióloga britânica Catherine Hakim, em sua obra Capital Erótico, amplia a compreensão tradicional sobre sucesso ao demonstrar que, além dos capitais econômico, cultural e social, conceitos originalmente sistematizados por Pierre Bourdieu, existe um conjunto de atributos ligados à imagem, à presença e à capacidade de interação social que impactam de maneira concreta a trajetória profissional

Durante décadas, o discurso dominante no ambiente corporativo foi claro: competência técnica, formação acadêmica e experiência profissional seriam suficientes para garantir crescimento, reconhecimento e sucesso. No entanto, estudos sociológicos, econômicos e comportamentais mostram que esse discurso é incompleto. A forma como uma pessoa se apresenta visualmente exerce influência direta sobre oportunidades, decisões e resultados profissionais. Não se trata de vaidade, mas de estratégia de posicionamento.

A socióloga britânica Catherine Hakim, em sua obra Capital Erótico, amplia a compreensão tradicional sobre sucesso ao demonstrar que, além dos capitais econômico, cultural e social, conceitos originalmente sistematizados por Pierre Bourdieu, existe um conjunto de atributos ligados à imagem, à presença e à capacidade de interação social que impactam de maneira concreta a trajetória profissional.

No contexto corporativo, esses atributos podem ser compreendidos como capital de imagem: a soma entre apresentação pessoal, estilo, postura, linguagem corporal, habilidades sociais, energia e capacidade de gerar conexão e confiança.

Pessoas com maior capital de imagem tendem a ser mais notadas, ouvidas com maior atenção e percebidas como mais confiantes, competentes e influentes. Isso não se limita à vida pessoal ou às



relações sociais. Seus efeitos são observáveis na política, nos esportes, nas artes e, de forma cada vez mais evidente, no ambiente profissional.

Importante destacar que capital de imagem não está restrito à beleza genética. Embora características físicas possam influenciar percepções iniciais, fatores como vestimenta adequada ao contexto, coerência visual, cuidado pessoal e presença social são habilidades desenvolvíveis.

É nesse ponto que o vestir-se bem deixa de ser um detalhe estético e passa a ser uma ferramenta estratégica de comunicação não verbal.

Estudos reforçam essa lógica. Uma pesquisa conduzida por pesquisadores da Universidade de Yale, amplamente divulgada pelo Washington Post, demonstrou que profissionais vestidos de forma mais formal tiveram desempenho mais de três vezes superior em simulações de negociação quando comparados a participantes trajando roupas informais.

Os pesquisadores apontaram dois fatores principais. O primeiro é o fator interno: roupas estruturadas aumentam a autoconfiança, a sensação de autoridade e a clareza mental. O segundo é o fator externo: a percepção dos outros se torna mais positiva, favorecendo abertura, credibilidade e influência durante a negociação.

Outro estudo, realizado pelas Universidades de Chicago e da Califórnia com mais de 14 mil participantes, revelou que pessoas percebidas como mais bem-apresentadas chegam a ganhar até 20% a mais em remuneração do que aquelas consideradas de aparência mediana, mesmo quando fatores como escolaridade, profissão e experiência são controlados.

No ambiente corporativo, a imagem funciona como um atalho cognitivo. Antes mesmo de alguém acessar o currículo, as entregas ou a trajetória profissional, o cérebro já realizou julgamentos inconscientes sobre competência, confiabilidade e liderança.

Quando aparência e competência estão alinhadas, cria-se um estado de congruência. E profissionais congruentes tendem a ser percebidos como mais maduros, preparados e seguros, tornando-se escolhas naturais para posições de maior visibilidade, influência e liderança.

Vestir-se bem, portanto, não significa seguir tendências ou ostentar marcas. Trata-se de alinhar imagem, função, contexto e mensagem. É usar a aparência como um recurso que sustenta e não contradiz a competência técnica.

Em um mercado cada vez mais competitivo, onde competências técnicas se tornaram pré-requisito e não mais diferencial, a forma como um profissional se apresenta ganha peso estratégico. A imagem não cria competência, mas influencia diretamente quem terá a oportunidade de demonstrá-la.

Ignorar a própria imagem não elimina seu impacto; apenas transfere o controle da narrativa para o outro. Quando aparência, comportamento e conteúdo caminham juntos, o profissional se torna mais claro, mais coerente e mais confiável.

Vestir-se bem não é sobre parecer algo que não se é. É sobre revelar, com intenção, a competência que já existe. E quando imagem e conteúdo falam o mesmo idioma, o sucesso deixa de ser acaso e passa a ser consequência.

No mundo corporativo, o sucesso raramente é resultado de um único fator. Ele nasce da soma entre o que sabemos, quem conhecemos, o valor que entregamos e como somos percebidos.

PF CUMPRE 16 MANDADOS DE PRISÃO EM FASE DE OPERAÇÃO CONTRA FRAUDES NO INSS

Investigação aponta senador Weverton Rocha como integrante do núcleo político do esquema; STF autorizou buscas, mas negou prisão preventiva

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O senador Weverton Rocha afirmou ter sido surpreendido com a operação e confirmou o cumprimento de mandados de busca e apreensão em sua residência, em Brasília

A Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) deflagraram, nesta quinta-feira (18), uma nova fase da Operação Sem Desconto, que investiga um esquema nacional de descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS).

Foram cumpridos 52 mandados de busca e apreensão, 16 mandados de prisão preventiva e outras medidas cautelares, expedidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos estados de São Paulo, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Minas Gerais e Maranhão, além do Distrito Federal.

Entre os alvos da operação está o senador Weverton Rocha (PDT-MA), além de um assessor parlamentar. Também foi alvo o então secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Adroaldo Portal, que foi exonerado do cargo na manhã desta quinta-feira pelo ministro da pasta, Wolney Queiroz. O procurador federal Felipe Cavalcante e Silva, atual consultor jurídico do ministério, assume a função.

As ações visam aprofundar as investigações sobre a prática dos crimes de inserção de dados falsos em sistemas oficiais, constituição de organização criminosa, estelionato previdenciário e ocultação e dilapidação de patrimônio.

De acordo com a Polícia Federal, o senador Weverton Rocha teria atuado como beneficiário final do esquema, na condição de “sócio oculto”, recebendo recursos da organização criminosa por meio de intermediários, entre eles assessores parlamentares e pessoas de seu entorno político.

Segundo a decisão judicial que autorizou as buscas, a representação da PF aponta que o parlamentar teria sido beneficiário de operações financeiras estruturadas pelo grupo investigado, com o recebimento de valores ou vantagens por meio de interpostas pessoas.

A força-tarefa chegou a pedir a prisão preventiva do senador, mas o relator do caso no STF, ministro André Mendonça, negou o pedido. O magistrado argumentou que a decretação da prisão de um parlamentar tem “efeitos drásticos” e exige cautela, por inviabilizar o pleno exercício do mandato.

“A decisão judicial que determina a prisão de um parlamentar acarreta efeitos drásticos em uma república, notadamente por inviabilizar o pleno exercício do mandato parlamentar. Por mais que seja possível citada medida, cuida-se de provimento judicial que exige extrema cautela”, afirmou Mendonça.

O ministro acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que se posicionou contra a prisão preventiva. Para a PGR, as provas ainda não estão consolidadas e não ficou demonstrado vínculo direto entre o parlamentar e a execução das condutas ilícitas, nem o recebimento comprovado de valores.



“Não se afirma inexistência de eventual prática ilícita, mas que neste momento os elementos disponíveis são frágeis para sustentá-la”, destacou a PGR.

Apesar disso, a Polícia Federal apontou Weverton como integrante do núcleo político do esquema, responsável por viabilizar a continuidade das irregularidades.

Assessores e operadores

De acordo com as investigações citadas na decisão do STF, ao menos quatro pessoas ligadas ao senador são apontadas como integrantes do esquema e teriam recebido valores em nome dele.

Entre elas está o ex-assessor parlamentar Gustavo Gaspar, proprietário da empresa GM Gestão, que mantinha parcerias com firmas do lobista Antônio Carlos Camilo, conhecido como “Careca do INSS”, apontado como principal articulador da organização criminosa. Planilhas apreendidas com o lobista indicariam pagamento de R\$ 100 mil em favor de “gasparzinho”.

Outro investigado é Adroaldo Portal, ex-secretário-executivo do Ministério da Previdência Social e ex-assessor de Weverton no Congresso. As planilhas apontariam pagamento de R\$ 50 mil para ele, identificado pelo codinome “Adro”. Portal havia sido secretário do Regime Geral de Previdência Social e se tornou o número dois da pasta após o afastamento do ex-ministro Carlos Lupi, em maio.

O filho de Adroaldo, Eduardo Portal, que atualmente trabalha no gabinete do senador, também é investigado. Segundo a PF, ele realizou repasses de R\$ 249 mil ao pai, parte deles em dinheiro vivo. Além dos três, Vanessa Barramacher Tocantins, que ocupa cargo de chefia de gabinete no Ministério da Previdência Social e é ex-assessora do senador, também é investigada por supostamente ter recebido repasses de Eduardo Portal.

Manifestação do senador

O senador Weverton Rocha afirmou ter sido surpreendido

com a operação e confirmou o cumprimento de mandados de busca e apreensão em sua residência, em Brasília. Segundo ele, está “com serenidade à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas”, assim que tiver acesso integral à decisão judicial.

Em nota, o Ministério da Previdência Social informou que a pasta e o INSS continuarão colaborando com as investigações e atuando para “recuperar os recursos desviados por esse esquema que começou no governo anterior, mas foi interrompido neste governo”.

Operação Sem Desconto

As investigações da CGU e da Polícia Federal identificaram irregularidades relacionadas a descontos de mensalidades associativas aplicados sobre benefícios previdenciários, principalmente aposentadorias e pensões.

As fraudes foram descobertas no âmbito da Operação Sem Desconto, deflagrada pela primeira vez em abril deste ano. Segundo os investigadores, entidades de classe, como associações e sindicatos, firmavam Acordos de Cooperação Técnica com o INSS, que permitiam a realização de descontos diretamente na folha de pagamento dos beneficiários, sem autorização expressa dos aposentados e pensionistas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/12/2025

UNIÃO EUROPEIA ADIA DECISÃO SOBRE ACORDO COM MERCOSUL

Mudança de posição da Itália soma-se à resistência francesa e leva Comissão Europeia a postergar cronograma até janeiro

Do Estadão Conteúdo

Lideranças da União Europeia (UE) não conseguiram desbloquear a assinatura imediata do acordo comercial com o Mercosul. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse nesta quinta-feira (18), aos demais líderes de países do bloco que tomou a decisão de adiar o cronograma até janeiro, segundo o site Político.



A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse aos demais líderes de países do bloco que tomou a decisão de adiar o cronograma até janeiro do próximo ano

O acordo voltou a sofrer um revés político às vésperas da data na qual seria assinado, com a mudança de posição da Itália. Roma somou-se à objeção da França e colocou o tratado em risco quando passou a postular pelo adiamento da análise no Conselho Europeu.

O acordo de livre comércio entre os blocos, negociado há 26 anos era um dos assuntos pendentes da pauta da reunião do Conselho Europeu, em Bruxelas, na Bélgica. Ela foi iniciada nesta quinta-feira (18) e será concluída nesta sexta-feira (19).

A capital da Bélgica, Bruxelas, cidade-sede da UE, foi palco de protestos de agricultores contrários ao tratado nas últimas horas. Eles bloquearam vias, atiraram esterco de vaca e incendiaram uma praça. Entraram em confronto com policiais.

Diplomatas europeus ouvidos relataram que ainda existia uma janela para tentar a votação do acordo nesta sexta-feira, mas a incerteza dominava o cenário. Eles se dividiam entre um resquício de esperança e jogar a toalha. As tratativas de bastidores avançaram ao longo do dia, mas não deram margem de segurança para aprovação.

Eles envolveram apelos até do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que telefonou para a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni. Lula relatou que ela pediu mais tempo, talvez algumas semanas, até janeiro, justamente para tentar convencer o agro italiano deque eles estariam protegidos e com as mesmas regras dos demais.

Um dia antes, o presidente brasileiro havia dito que desistiria de tentar alcançar a formalização do acordo durante seu governo se os europeus não seguissem o cronograma combinado. Depois afirmou que, se a posição de bloqueio prevalecesse na Europa, pretendia levar o pedido de adiamento aos demais presidentes do Mercosul para saber o que fazer, durante a reunião de sábado (20).

O capítulo comercial do Acordo Mercosul seria levado à votação entre os líderes dos 27 países europeus, durante a reunião do Conselho Europeu. As regras exigem a chamada maioria qualificada: voto favorável de 15 países que somem ao menos 65% da população europeia. Para derrubar o acordo, são necessários votos de países que somem 35% dos europeus.

Esse percentual seria alcançado com folga, com a contagem da proporção populacional de França (15%), Itália (13%), Polônia (8 3%), Áustria (2%), Hungria (2,1%) e Irlanda (1,2%) todos países com reservas expressas ao acordo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 19/12/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

CONGRESSO APROVA ORÇAMENTO DE 2026, COM R\$ 61 BILHÕES PARA EMENDAS PARLAMENTARES E SALÁRIO MÍNIMO DE R\$ 1.621

Texto prevê superávit de R\$ 34,5 bilhões

Por Luísa Marzullo — Brasília



Congresso aprova Orçamento para 2026 — Foto: Agência Senado

O Congresso Nacional aprovou nesta sexta-feira o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, relatado pelo deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL). O texto consolida as contas do próximo ano dentro das regras do arcabouço fiscal e incorpora as medidas de arrecadação já aprovadas pela Câmara e pelo Senado.

A proposta orçamentária aprovada prevê um superávit de R\$ 34,5 bilhões e alocou um total de R\$ 61 bilhões

em emendas parlamentares em ano eleitoral.

- Para chegar a esse montante de emendas, o Congresso cortou benefícios previdenciários e bolsas do programa Pé-de-Meia. Na Previdência, o texto impôs uma redução líquida de cerca de R\$ 6,3 bilhões. Os gastos totais de benefícios previdenciários sairão de R\$ 1,071 trilhão para R\$ 1,065 trilhão.

O corte na Previdência preocupou o governo e, na avaliação de técnicos, deve exigir o bloqueio de recursos ao longo do ano. Como se trata de gastos obrigatórios e de difícil controle, a tendência é que eventuais frustrações de receita ou pressões adicionais recaiam sobre despesas discricionárias, exigindo bloqueios para garantir o cumprimento da meta fiscal.

O relatório de Bulhões fez uma série de cortes e acréscimos na proposta orçamentária.

Para permitir ampliar as emendas parlamentares, o Congresso também:

- Tirou R\$ 391 milhões do seguro-desemprego e R\$ 207 milhões no abono salarial,
- Reduziu o Auxílio Gás de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 4,7 bilhões;
- O Pé-de-Meia caiu de R\$ 12 bilhões para R\$ 11,5 bilhões;
- Cortou de R\$ 262 milhões em bolsas da Capes e R\$ 72 milhões;

Bulhões disse que não apresentou estudos sobre os cortes na Previdência e que isso "só a construção mesmo do relatório". A respeito do incômodo do governo com os cortes, afirmou que ter matado "o que foi possível e solicitado a mim".

A votação ocorreu após atraso na tramitação do Orçamento, que só foi concluída no fim do ano em razão da necessidade de aprovar previamente medidas de arrecadação consideradas essenciais para o fechamento das contas de 2026. O relatório final incorporou mudanças aprovadas ao longo da última semana, como a taxação de bets, fintechs e do juro sobre capital próprio (JCP).

Emendas



A maior parte dos cortes foi feita para permitir ampliar as emendas parlamentares no ano que vem. Emendas são um pedaço do orçamento cuja destinação é escolhida pelos parlamentares. Dos R\$ 61,1 bilhões de emenda do ano que vem, R\$ 49,9 bilhões têm execução obrigatória — ou seja, precisa ser feita paga pelo governo. Desse total:

- R\$ 26,6 bilhões são em emendas individuais, divididas por todos os deputados e senadores;
- R\$ 11,2 bilhões em emendas de bancada estadual; e
- R\$ 12,1 bilhões em emendas de comissão permanente da Câmara e do Senado.

Os outros R\$ 11,5 bilhões foram incluídos por emendas de bancada e de comissão em despesas dos ministérios e ficarão sob controle do governo. O Executivo não é obrigado a executar esses recursos, mas eles costumam ser usados para negociações políticas.

O relatório faz referência ainda à decisão do Supremo Tribunal Federal, que impôs limites ao crescimento das despesas com emendas parlamentares. A interpretação adotada é que o Orçamento pode ser aprovado com os valores previstos, cabendo à fase de execução compatibilizar os gastos com o teto de despesas e a meta fiscal, se necessário.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026, governo e Congresso negociaram um calendário para pagamento de emendas que estabelece que mais da metade terá de ser paga no primeiro semestre.

O líder do governo no Senado, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o Executivo manteve diálogo com o Parlamento durante a tramitação do Orçamento e que o governo cumprirá o calendário de pagamento das emendas aprovado na LDO. Segundo ele, o salário mínimo segue a regra de valorização e o país avançou no controle da inflação.

— Nós dialogamos da melhor forma com o Parlamento e o governo fará o devido cumprimento do calendário das emendas. O salário mínimo cumpre uma regra. Nós conseguimos avançar para colocar a inflação dentro do teto da meta. A melhor recuperação ocorreu nos últimos dois anos. Estamos conseguindo fazer a recomposição — afirmou.

Meta fiscal

O Orçamento aprovado prevê um superávit de R\$ 34,5 bilhões nas contas do governo — ligeiramente acima da meta de R\$ 34,3 bilhões. Para se chegar a este valor, o texto incorpora medidas de arrecadação aprovadas pelo Legislativo, como a tributação de bets, fintechs e o juro sobre capital próprio (JCP), além do corte linear de incentivos fiscais. Também conta com um aumento de Imposto de Importação que ainda precisa ser efetivado.

Conforme o arcabouço fiscal, há um intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual em relação à meta central. Ou seja, a meta será considerada cumprida se o governo terminar um ano com um saldo zero.

O governo já confirmou que o salário mínimo de 2026 será de R\$ 1.621, quando a estimativa do projeto original era R\$ 10 maior. Para 2026, também haverá uma despesa extra com o fundo eleitoral, programado em cerca de R\$ 5 bilhões.

Principais gastos

- A aplicação em ações e serviços públicos de saúde ficou fixada em R\$ 254,9 bilhões;
- A despesa com pessoal terá um aumento de R\$ 11,4 bilhões em 2026. Desse montante, R\$ 7,1 bilhões referem-se a ajustes remuneratórios e concessões de vantagens e R\$ 4,3 bilhões ao provimento de 47.871 cargos, funções e gratificações. No total, chegará a R\$ 489,5 bilhões. "Esse incremento reflete a intenção do Executivo, bem como dos demais Poderes e órgãos, de promover o fortalecimento de carreiras e adotar, políticas de cargos e salários mais compatíveis com suas necessidades institucionais", diz o relatório.

- O piso de investimentos foi calculado em R\$ 83 bilhões. Foram programados R\$ 79,8 bilhões mais R\$ 31 bilhões de programas habitacionais.

Após a aprovação do orçamento, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), agradeceu os parlamentares pelo empenho na matéria e pregou a pacificação:

— Não vamos nos envolver em disputas eleitorais. Vamos focar no processo legislativo. Muitas vezes as matérias são contaminadas e elas mereciam celeridade ou aprovação. Se estamos aqui é para contribuir com o Brasil — afirmou.

Com a aprovação da LOA, o Orçamento de 2026 segue agora para sanção presidencial. A execução das despesas ficará condicionada ao desempenho da arrecadação e ao cumprimento das regras fiscais ao longo do próximo ano.

Fonte: O Globo RJ

Data: 19/12/2025

ALCKMIN DEFENDE ACORDO MERCOSUL–UE E DIZ ESPERAR ADIAMENTO CURTO DA ASSINATURA

Vice-presidente afirma que tratado é estratégico para os dois blocos após União Europeia postergar decisão

Por Bruna Lessa — Brasília



Coletiva de Imprensa do vice-presidente Geraldo Alckmin e empresários dos setores atingidos pela taxa de Donald Trump ao Brasil — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou que o Brasil espera que o adiamento da assinatura do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia seja breve e que o tratado avance o mais rapidamente possível.

— O acordo Mercosul-União Europeia, esperamos que seja um adiamento curto, porque é importante para o Mercosul. Esperamos que o mais rápido possível seja assinado o acordo que é importante para a União Europeia, para o Mercosul e para o mundo — disse o vice-presidente.

A declaração ocorre após a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, confirmar que a assinatura, prevista para este sábado, foi postergada diante de resistências internas no bloco europeu.

Segundo Alckmin, o acordo é estratégico tanto para o Mercosul quanto para a União Europeia, especialmente em um cenário internacional marcado por tensões comerciais e questionamentos ao multilateralismo.

Nesta sexta-feira, Ursula von der Leyen afirmou que há apoio suficiente entre os Estados-membros da União Europeia para que o acordo seja aprovado, apesar do adiamento da assinatura. Segundo a presidente da Comissão Europeia, houve consenso com os países do Mercosul para um “adiamento ligeiro”, com a expectativa de que o tratado seja concluído em breve.

O acordo Mercosul–União Europeia é negociado há mais de 20 anos e, se concluído, criará a maior zona de livre comércio do mundo. O texto prevê a redução ou eliminação gradual de tarifas de importação e exportação, além do estabelecimento de regras comuns para o comércio de bens

industriais e agrícolas, serviços, investimentos e padrões regulatórios. As discussões se intensificaram nesta semana com a reunião do Conselho Europeu, em Bruxelas.

A principal resistência ao tratado vem da França, que exige novas salvaguardas para proteger seus agricultores. O presidente francês, Emmanuel Macron, afirmou que o país não apoiará o acordo sem garantias adicionais ao setor agrícola, que teme a concorrência de produtos do Mercosul. A Itália também manifestou preocupações semelhantes, embora a primeira-ministra Giorgia Meloni tenha sinalizado que pode apoiar o acordo caso as demandas do setor agrícola sejam atendidas.

Em sentido oposto, Alemanha, Espanha e países nórdicos defendem o avanço do tratado. Esses países avaliam que o acordo pode ajudar a reduzir a dependência europeia da China, ampliar o acesso a novos mercados e compensar os efeitos de tarifas impostas pelos Estados Unidos. No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a resistência italiana tende a ser superada nas próximas semanas, reforçando o otimismo do governo brasileiro quanto à conclusão do acordo.

A aprovação do tratado depende do aval do Conselho Europeu, que exige maioria qualificada: ao menos 15 dos 27 países da União Europeia, representando 65% da população do bloco.

Fonte: O Globo RJ

Data: 19/12/2025

EVE, DA EMBRAER, FAZ PRIMEIRO VOO-TESTE DE SEU CARRO VOADOR EM SÃO PAULO

Teste marca o início da campanha de ensaios em voo, etapa essencial no processo de certificação junto à Anac, e valida a integração dos principais sistemas da aeronave



Primeiro voo-teste do carro voador da Eve, subsidiária da Embraer focada em mobilidade aérea urbana — Foto: Embraer/Divulgação

A Eve Air Mobility, empresa de mobilidade aérea urbana da Embraer, realizou nesta sexta-feira o primeiro voo-teste do seu protótipo eVTOL, aeronave elétrica de decolagem e pouso vertical, mais conhecido como carro voador. O voo inaugural foi realizado na unidade de testes da Embraer na cidade de

Gavião Peixoto, em São Paulo.

Segundo a empresa, o teste marcou o início oficial da campanha de ensaios em voo, etapa essencial no processo de certificação junto à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e valida a integração dos principais sistemas da aeronave.

A Eve informou ainda que centenas de voos adicionais estão planejados para expandir progressivamente o envelope operacional, incluindo a transição para voos sustentados pelas asas até 2026. As próximas etapas do programa incluem ainda continuidade do trabalho conjunto com a ANAC e outras autoridades certificadoras e validadoras, como a americana FAA e a europeia EASA.

“Hoje, a Eve voou. Este é um marco histórico para nossos colaboradores, clientes, investidores e para todo o ecossistema de Mobilidade Aérea Urbana”, afirma Johann Bordaís, CEO da Eve. “Este voo valida nosso plano, executado com rigor para entregar a melhor solução ao mercado. Conseguimos capturar informações cruciais que nos permitirão avançar com segurança e confiança no caminho até a certificação”.

A Eve produzirá seis protótipos certificáveis para conduzir a campanha de testes em voo com foco na certificação da aeronave.

“Testamos nossas leis de controle, verificamos a integração dos oito rotores sustentadores e avaliamos o gerenciamento de energia, a resposta dinâmica da aeronave e o ruído externo”, destacou Luiz Valentini, diretor de tecnologia da Eve.

No início do mês, o BNDES anunciou a aprovação de mais um empréstimo, agora de R\$ 200 milhões, para a Eve. Em agosto, a BNDESPar, empresa de participações societárias do banco de fomento, já havia se tornado acionista da Eve, com uma fatia de 4%.

2,8 mil unidades encomendadas

Os eVTOLs prometem substituir os helicópteros em boa parte dos deslocamentos urbanos. Um estudo divulgado pela Eve em junho estima que, até 2045, a atividade de mobilidade com os carros voadores gerará receita global de US\$ 280 bilhões. Isso inclui uma demanda por 30 mil eVTOLs, para transportar 3 bilhões de passageiros.

No total, a Eve segue anunciando que tem um pipeline total de pedidos, não vinculantes, que somam quase 2,8 mil eVTOLs, uma receita potencial de US\$ 14 bilhões.

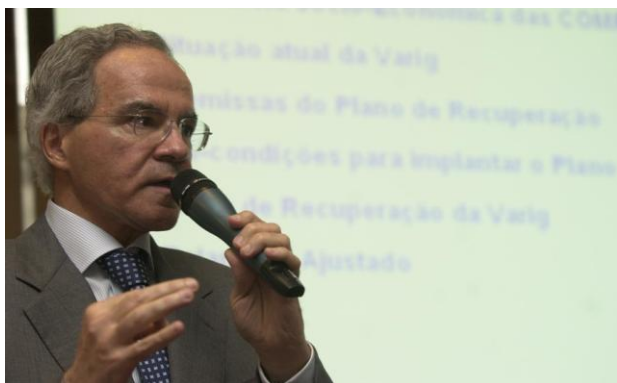
As aeronaves serão fabricadas em Taubaté (SP). A fábrica, com investimento estimado em US\$ 90 milhões, será erguida em instalações antigas da Embraer.

Fonte: O Globo RJ

Data: 19/12/2025

TANURE PEDE QUE DENÚNCIA CONTRA ELE SUBA AO STF POR POSSÍVEL RELAÇÃO COM BANCO MASTER

Por Rennan Setti



Nelson Tanure — Foto: Leo Pinheiro/Valor Econômico/ Arquivo

A defesa de Nelson Tanure está pedindo à Justiça que a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o empresário esta semana, em um caso de uso de informação privilegiada, seja remetida ao Supremo Tribunal Federal (STF) por possível relação com o caso do Banco Master.

Nas últimas semanas, Tanure vinha dizendo, quando questionado por jornalistas, que “não possui

qualquer participação societária, influência ou vínculo com o Banco Master”, embora tenha feito uma série de negócios com o banco ao longo dos últimos anos.

Gafisa

Tanure foi denunciado, na quarta-feira, porque o MPF entendeu que ele recorreu a informação privilegiada para obter vantagens financeiras com ações da construtora Gafisa, da qual é acionista de referência. (Tanure nega qualquer irregularidade). A denúncia tramita na 5ª Vara Criminal Federal de São Paulo, mas os advogados do empresário pediram que o caso seja tratado no STF.

Em petição vista pela coluna, a equipe do escritório Bottini & Tamasauskas, que representa Tanure, argumenta que o caso tem aparente relação com o Banco Master, embora apenas Tanure e o empresário Gilberto Benevides (que era dono da incorporadora Upcon, comprada pela Gafisa) tenham sido denunciados.



Isso porque, durante o inquérito policial, houve pedido de busca e apreensão e quebra de sigilo de Daniel Vorcaro e Maurício Quadrado, que eram acionistas do Master. A investigação também se debruçou sobre a Planner e a Trustee, gestoras e administradoras de fundos que faziam parte do conglomerado do Master.

“Os fatos materializados nessa persecução penal contemplam, entre outras pessoas físicas e jurídicas, os membros do Banco Master S/A, o próprio controlador Daniel Bueno Vorcaro e, ainda, a Master S.A. Corretora e a Trustee”, escreveram os advogados de Tanure.

‘Remessa imediata’

Como se sabe, o ministro Dias Toffoli puxou para o STF todas as investigações relacionadas ao Banco Master e impôs sigilo total ao caso, uma vez que haveria potencial envolvimento de personagens com foro privilegiado nas investigações.

O caso de Tanure não envolve ninguém com foro, mas sua defesa sustenta que, como há aparente conexão com o caso Master, há “necessidade de remessa imediata desses autos àquela Suprema Corte, para apreciação da eventual conexão com os procedimentos lá em trâmite”.

“Ainda que esse juízo — ou mesmo o parquet oficiante — discordem da mencionada conexão, é necessário remeter os autos para que a autoridade potencialmente competente delibere sobre a necessária jurisdição”, acrescentaram.

Ainda não houve decisão da Justiça sobre o pedido.

O que diz Tanure

Em nota enviada à coluna, a defesa de Tanure disse que a acusação “foge do escopo das regras que regem o procedimento penal”. Isso porque, segundo a nota, a CVM “não apontou até hoje nenhuma ilicitude na assinalada operação” e “o delegado da PF, que também investigou os mesmos fatos, narrou expressamente que não havia encontrado qualquer indício de suposta prática de crime”

“A operação de aquisição da Upcon (...) foi amplamente debatida na Gafisa, com a publicação de fatos relevantes antes e depois do fechamento do negócio, que passou pelo crivo e foi aprovado pela maioria dos acionistas da própria construtora, que não foi sequer incluída na acusação”, disse a nota, acrescentando que Tanure “lastima a açodada denúncia apresentada pelo MPF e tem certeza de que os fatos serão esclarecidos no bojo do processo, que não foi ainda sequer aberto.”

A coluna também procura a Gafisa, que disse que “não é parte nessa medida judicial, que também não envolve a atual gestão e ressalta ser baseada em fatos ocorridos em 2020 e sobre os quais a CVM, ao que a companhia tem conhecimento, não chegou a nenhuma conclusão.”

“A companhia não tem conhecimento de temas que envolvem seus acionistas e reitera o compromisso com a transparência, legalidade e o cumprimento das normas aplicáveis”, acrescentou.

Fonte: O Globo RJ

Data: 19/12/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO SP

INVERSÃO DE PAPÉIS: MINISTROS DO STF E DO TCU TENTAM TRANSFORMAR BC EM INVESTIGADO NO CASO MASTER

Dias Toffoli e Johnatan de Jesus querem explicações do BC sobre a liquidação do Master

Por Alvaro Gribel

O Banco Central liquidou o Banco Master após detectar R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito podres na instituição que foram vendidas para o banco público de Brasília (BRB). Agora, um ministro do Supremo Tribunal Federal e outro do Tribunal de Contas da União (TCU) tentam transformar a autoridade monetária de investigadora em investigada.

No início da semana, o ministro Dias Toffoli emitiu uma ordem para que diretores do BC sejam ouvidos, porque, segundo ele, há “necessidade de realização de diligências urgentes”, como medida de proteção ao Sistema Financeiro Nacional. Resta saber em que o sistema financeiro precisa ser protegido pelo STF, se o Master foi liquidado pelo BC justamente para evitar que um banco estatal fosse tragado por ativos podres de uma instituição privada.



A liquidação do Master foi decretada pelo Banco Central em 18 de novembro Foto: Werther Santana/Estadão

Toffoli, não custa lembrar, voou de jatinho para o Peru, na final da Copa Libertadores, com um advogado que representa um diretor do Master. Esse processo é que deveria ser protegido do juízo do ministro, mas ele não se sentiu impedido em assumir a relatoria do caso.

No TCU, o ministro Jhonatan de Jesus pediu que o Banco Central apresentasse, em 72 horas, uma série de esclarecimentos e documentações, incluindo “alternativas menos gravosas”, para justificar a liquidação do Master.

O ministro parece ter abraçado a tese da defesa do banco, que alega que havia uma proposta de R\$ 3 bilhões para a compra do Master pelo fundo Fictor, e o BC teria atrapalhado a conclusão do negócio. Por essa lógica, o Master quebrou por causa do BC, e não pelas apostas erradas pelas fraudes relatadas pela Polícia Federal.

“É certo que não cabe a esta Corte de Contas substituir o Bacen na análise de conveniência e oportunidade do mérito regulatório. Compete-lhe, porém, verificar se o processo decisório observou os princípios da legalidade, motivação, proporcionalidade e razoabilidade, bem como se houve consideração adequada de alternativas viáveis, nos termos das normas aplicáveis”, disse o ministro.

Se parece ter havido falha da parte do Banco Central, como já escreveu esta coluna, foi no cochilo durante o crescimento acelerado do Master nos últimos anos. O banco captou recursos pagando juros elevados, investiu em ativos ruins, e fez propaganda de que tudo era coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). No caso das letras financeiras vendidas a fundos de pensão, foi pior, porque não há essa cobertura e os aposentados terão prejuízo.

Foi esse indício de falha na supervisão do BC que levou o Ministério Público de Contas a abrir uma representação no TCU. Para o subprocurador Lucas Furtado, faltou “tempestividade”, ou seja, o BC deveria ter sido mais rápido em atuar e identificar o problema. O ministro Johnatan Jesus, do mesmo tribunal, ao contrário, entendeu que a liquidação foi precipitada.

O Congresso já havia ensaiado constrangimentos ao propor a destituição da cúpula do banco. Agora, o cerco ganha novos atores com a entrada de ministros do STF e do TCU em cena. O episódio serve de alerta: a autonomia formal do Banco Central segue sendo testada e tensionada pela criatividade em Brasília.

Fonte: O Estado de São Paulo SP
Data: 19/12/2025

FUNCIONÁRIOS DOS CORREIOS ENTRAM EM GREVE EM 9 ESTADOS; VEJA IMPACTO NAS ENTREGAS DE FINAL DE ANO

Dos 36 sindicatos que representam trabalhadores da estatal, 12 aderiram à paralisação; TST determinou manutenção mínima de 80% dos funcionários em atividade. Empresa diz ter adotado 'medidas contingenciais' para garantir serviços

Por Ederson Hising

Funcionários dos Correios de 9 Estados entraram em greve durante a negociação do acordo coletivo da categoria, que está sendo mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os trabalhadores começaram a paralisação das atividades na quarta-feira, 17, em agências do Ceará, Paraíba, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro, além de algumas regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Segundo a estatal, dos 36 sindicatos que representam os trabalhadores da empresa, 12 aderiram à greve. Mesmo assim, os Correios afirmaram que nesta sexta-feira, 19, 90% do efetivo da estatal estava trabalhando. "As agências permanecem abertas para atendimento ao público, e as entregas estão sendo realizadas em todo o país", informou.



Empresa acumula prejuízo de R\$ 6,05 bilhões de janeiro a setembro deste ano e busca recursos para conseguir reequilibrar as contas Foto: Tiago Queiroz/Estadão Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Os Correios também afirmaram que foram adotadas "medidas contingenciais" para garantir a continuidade dos "serviços essenciais à população". Nas redes sociais, há relatos de pessoas alegando atraso em entregas por conta da greve e também mensagens temendo

que a paralisação afete a entrega de encomendas.

Na quinta-feira, 18, o TST determinou, em decisão liminar, a manutenção mínima de 80% dos funcionários da empresa em atividade nas unidades onde há paralisação. Em caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 100 mil por sindicato.

Negociações

Entre as reivindicações dos trabalhadores, estão o reajuste salarial com reposição da inflação, adicional de 70% de férias e de 250% para trabalho aos fins de semana e feriado, além da manutenção de direitos anteriormente adquiridos. As federações que representam os trabalhadores têm mantido a orientação para que a categoria continue em greve.

Ao se cadastrar nas newsletters, você concorda com os Termos de Uso e Política de Privacidade. Na decisão liminar, a ministra do TST Kátia Magalhães Arruda afirmou que a deflagração da greve "compromete a boa-fé negocial, especialmente porque houve compromisso expresso das entidades sindicais de não realizar paralisações enquanto as negociações estivessem em curso".

Em audiência realizada na terça-feira, 16, ficou estabelecido que a proposta construída na mediação, que tem vigência de dois anos, deveria ser submetida às assembleias da categoria até 23 de dezembro, com previsão de assinatura do acordo em 26 de dezembro. Caso a proposta não seja aceita, poderá ocorrer o dissídio coletivo, transferindo para a Justiça a definição das cláusulas.

Segundo os Correios, a proposta preserva benefícios conquistados ao longo dos anos, "mesmo em um cenário econômico-financeiro desafiador". Em meio à forte crise, a estimativa de déficit da

empresa para este ano está em R\$ 5,808 bilhões. Se confirmada a projeção, será o maior déficit entre todas as estatais.

“A proposta construída pelo TST, de forma dialogada com a empresa e as federações, representa uma oportunidade única de solução negociada, com validação governamental prévia e preservação de benefícios anteriormente conquistados”, afirmaram os Correios.

Por outro lado, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect) informou que não aceitará proposta com perda de direitos dos trabalhadores. Além disso, a entidade orientou os sindicatos a ampliarem a mobilização com vistas a uma greve nacional, caso a empresa “não apresente uma proposta digna”.

“Infelizmente, diante da postura de intransigência da direção da ECT (Correios), que insiste em apresentar uma proposta com retirada de direitos, não foi possível avançar nas negociações. A Fentect reafirmou seu posicionamento firme de que não aceitará nenhuma proposta que implique perda de direitos dos trabalhadores”, afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 19/12/2025

TERRAS RARAS: PROJETOS DE MINERADORAS AUSTRALIANAS NO SUL DE MINAS RECEBEM LICENÇA PRÉVIA

Os projetos da Viridis Mining and Minerals e da Meteoric Resources eram para ser apreciados em novembro, mas órgãos como o MPF haviam pedido mais informações

Por Altamiro Silva Junior (Broadcast)

As mineradoras australianas Viridis Mining and Minerals e Meteoric Resources receberam na tarde desta sexta-feira, 19, uma licença prévia para avançar com os projetos de mineração de terras raras no Sul de Minas Gerais, nas cidades de Poços de Caldas e em Caldas. A aprovação foi por unanimidade.



O aval veio da Comissão de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam), que se reuniu nesta sexta, em encontro que durou mais de sete horas.

As terras raras são um grupo de 17 elementos químicos cruciais para tecnologias como carros elétricos, turbinas eólicas e celulares Foto: BJP7images/Adobe Stock

Os projetos eram para ser apreciados em novembro, mas acabaram retirados da pauta, com órgãos pedindo mais informações, incluindo o Ministério Público Federal (MPF).

O projeto da Viridis, chamado de Colossus, consiste em 228,62 quilômetros quadrados de licenças de lavra em Poços de Caldas para a extração de argilas de adsorção iônica para a produção de terras raras — um grupo de 17 elementos químicos cruciais para tecnologias como carros elétricos, turbinas eólicas e celulares.

A China é o maior produtor mundial, mas por questões estratégicas e geopolíticas, outros países estão tentando avançar na corrida para avançar com esses metais.

O projeto da Meteoric recebeu o nome de Caldeira. Em nota após a aprovação, a Viridis informa que “seguirá prestando todos os esclarecimentos necessários para assegurar o acompanhamento adequado das próximas etapas do licenciamento ambiental, incluindo a elaboração dos projetos executivos e a realização de programas de controle ambiental”.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 19/12/2025

CASO MASTER: FEBRABAN DIZ TER 'PLENA CONFIANÇA' NO BC, APÓS TCU QUESTIONAR LIQUIDAÇÃO DO BANCO

A entidade que reúne os grandes bancos argumenta que a solidez do sistema financeiro 'depende de uma regulação firme' e uma 'supervisão vigilante'

Por André Marinho

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) manifestou nesta sexta-feira, 19, "plena confiança" na atuação do Banco Central, após o Tribunal de Contas da União (TCU) pedir esclarecimentos sobre a liquidação extrajudicial do Banco Master. Mais cedo, a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) também já havia manifestado apoio à autoridade monetária.

Questionado sobre a demanda do TCU, a Febraban enviou ao Estadão/Broadcast uma nota em que defende a independência institucional da autoridade monetária. A entidade não cita nominalmente o Caso Master e argumenta que a solidez do sistema financeiro "depende de uma regulação firme" e uma "supervisão vigilante". Disse ainda confiar no BC "em todos os seus âmbitos de atuação: sob a ótica da regulação, da supervisão, da política monetária e da política cambial".



Banco Master foi liquidado com base em evidências, na avaliação da Febraban Foto: Werther Santana/Estadão

Para a Febraban, a sociedade exige um BC capaz de tomar decisões com autonomia e de manter "vigilância absoluta" da indústria financeira, principalmente do ponto de vista da integridade do setor.

O comunicado reflete a chancela mais ampla que banqueiros têm dado à condução do caso Master. Em conversas reservadas ao longo das últimas semanas,

agentes do mercado enfatizaram ao Estadão/Broadcast que o presidente do BC, Gabriel Galípolo, agiu com base em evidências sólidas, depois de na gestão anterior no BC o Master ter crescido rapidamente com uma estratégia agressiva de distribuição de Certificados de Depósito Bancário (CDBs).

Ao decretar a liquidação do Master, no mês passado, o BC citou a "grave crise de liquidez" e violação de normas regulatórias pela instituição.

O presidente do Master, Daniel Vorcaro, chegou a ser preso por suspeita de fraudes na emissão de títulos de crédito falsos. No final de novembro, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou a soltura de Vorcaro e de outros executivos do banco, obrigados a usar tornozeleira eletrônica.

Fonte: O Estado de São Paulo SP

Data: 19/12/2025



VALOR ECONÔMICO (SP)

FEBRABAN DIZ QUE DEPOSITA PLENA CONFIANÇA NAS DECISÕES DO BC

Federação diz ainda ser imprescindível garantir a independência institucional e a autoridade do BC

Por Álvaro Campos, Valor — São Paulo

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disse depositar pela confiança nas decisões do Banco Central. Em resposta a questionamentos do Valor sobre a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que questionou as ações do BC na liquidação do Master, a associação afirmou que a solidez e a resiliência do setor bancário e a independência do regulador são um ativo e um patrimônio nacional.

“A força do setor bancário se alicerça na força do regulador, que somente se sustenta com respeito, credibilidade e dignidade institucional, pilares que sempre forjaram a atuação do Banco Central brasileiro.”

A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) deposita plena confiança nas decisões do Banco Central, em todos os seus âmbitos de atuação: sob a ótica da regulação, da supervisão, da política monetária e da política cambial.

A Febraban diz ainda ser imprescindível garantir a independência institucional e a autoridade do BC. “Mais que isso: a sociedade exige um Banco Central independente para tomar decisões com autonomia, bem como vigilância absoluta de toda a indústria financeira, principalmente sob a ótica da integridade, com respostas rápidas e eficazes e com aplicação do arcabouço regulatório e da supervisão.”

Fonte: Valor Econômico SP

Data: 19/12/2025

STF DECIDE QUE MARCO TEMPORAL PARA DEMARCAR TERRAS INDÍGENAS É INCONSTITUCIONAL

Por 9 votos a 1, Corte derruba trecho da lei de 2023

Por Tiago Angelo, Valor



Sessão de julgamento no STF sobre o marco temporal para demarcar terras indígenas, em 2023 — Foto: Carlos Moura/SCO/STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quinta-feira (18), por nove votos a 1, que o marco temporal para demarcação de terras indígenas é inconstitucional. Com isso, a Corte derrubou trecho da lei de 2023 em que o Congresso reavivou a tese segundo a qual povos indígenas só teriam direito às terras que já ocupavam ou que já estavam em disputa na data da promulgação da Constituição, em 5 de

outubro de 1988.

Venceu o voto do relator, ministro Gilmar Mendes. Ele foi acompanhado, em maior ou menor extensão, por Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luiz Fux, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Nunes Marques. Só André Mendonça divergiu. O julgamento virtual começou na segunda-feira (15) e terminou nesta quinta.

Para Gilmar, o marco temporal cria uma “situação de difícil comprovação para comunidades indígenas que foram historicamente desumanizadas com práticas estatais ou privadas de retirada forçada, mortes e perseguição”.

O ministro propôs a fixação do prazo de dez anos para que o governo federal termine todas as demarcações pendentes. “Passados mais de 35 anos da promulgação da Constituição Federal, parece-me que já transcorreu lapso suficiente para amadurecimento definitivo da questão, de modo que não há mais como remediar a solução desse problema, cabendo, dessa forma, ao Poder

Executivo o devido equacionamento da matéria e finalização dos procedimentos demarcatórios em prazo razoável, porém peremptório”, afirmou.

O ministro também considerou inconstitucional o veto à ampliação do limite de terras indígenas já demarcadas, sob a justificativa de que a correção de atos administrativos é garantida pela Constituição, desde que exista “grave e insanável” erro na condução do procedimento.

Ao divergir, Mendonça disse que embora o STF tenha considerado o marco temporal inconstitucional em 2023 e o Congresso tenha ressuscitado a tese no mesmo ano por meio de uma lei, a norma do Legislativo foi aprovada em “decisão legítima”, tomada por maioria qualificada.

“[Considero] legítima e constitucional a decisão do Congresso Nacional em superar parcialmente o entendimento jurisprudencial fixado por este tribunal”, prosseguiu Mendonça em seu voto.

Nunes Marques disse considerar o marco temporal constitucional, mas decidiu seguir Gilmar levando em conta que a Corte já havia decidido anteriormente contra a tese. “Em respeito ao princípio da colegialidade, ressalvado meu posicionamento pessoal, em que reconheci a constitucionalidade do marco temporal, acompanho o eminente relator”, disse.

Fachin seguiu Gilmar quanto à inconstitucionalidade do marco temporal, mas divergiu do relator quanto a outros pontos. Ele rejeitou, por exemplo, a adoção ampla de indenizações e concessões de terras alternativas a populações indígenas. Para o ministro, medidas como essas só devem ocorrer como última opção. Ele também foi contra trecho que condiciona o usufruto indígena ao interesse da União. Cármen Lúcia acompanhou Fachin.

Em 2023, o STF derrubou o marco temporal. Na ocasião, o placar ficou em 9 a 2. Como reação, o Congresso aprovou um projeto de lei ressuscitando a tese. Diante disso, diferentes partidos e entidades foram ao STF, alguns pedindo a validade, outros a derrubada da Lei do Marco Temporal.

Os processos ficaram sob a relatoria de Gilmar, que determinou a criação de uma mesa de conciliação entre as partes para que encontrassem uma solução consensual. Em junho de 2025, a comissão apresentou um acordo firmado entre a União, o Congresso, povos indígenas e agricultores, após 23 audiências realizadas pelo grupo.

A análise do caso pelo Supremo STF ocorre após o Senado aprovar, por 59 votos a 15, uma proposta de emenda à Constituição (PEC) também com o objetivo de revalidar o marco temporal. A proposta estava engavetada aguardando uma resolução do STF. O texto, no entanto, foi aprovado às pressas como reação à decisão de Gilmar que endureceu as regras para o impeachment de ministros do Supremo.

Fonte: Valor Econômico SP
Data: 19/12/2025

BNDDES LIBEROU R\$ 5,2 BILHÕES PARA ALONGAR DÍVIDAS RURAIS

Montante total é de R\$ 12 bilhões; ritmo continua aquém do esperado pelo setor produtivo, instituições financeiras e pelo governo

Por Rafael Walendorff



Aloízio Mercadante: Com renegociação, produtores afetados pelo clima adverso poderão dar continuidade à sua atividade — Foto: Alex Gouvea

A contratação de novas operações para renegociação de dívidas rurais na linha do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES) chegou a R\$ 5,2 bilhões em dois meses de protocolos abertos, segundo balanço antecipado ao Valor.

O ritmo continua aquém do esperado pelo setor produtivo, instituições financeiras e pelo governo. Cerca de R\$ 6,8 bilhões restantes poderão ser “disputados” livremente pelos bancos que apresentarem demandas de contratação a partir de agora. O programa de renegociação das dívidas é destinado a produtores afetados por adversidades climáticas nos últimos anos.

Fonte: Valor Econômico SP

Data: 19/12/2025

LULA MANDA INDIRETA AOS EUA E SE IRRITA COM FALHAS EM INAUGURAÇÃO DE PONTE ENTRE BRASIL E PARAGUAI

Ponte da Integração tem 760 metros de extensão e investimento de R\$ 1,9 bilhão dos dois países
Por Renan Truffi e Maira Escardovelli, Valor — Brasília



Presidente Lula durante visita e cerimônia de abertura da Ponte da Integração Brasil-Paraguai — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cutucou o governo americano, de forma indireta, nesta sexta-feira (19), ao participar da inauguração de uma ponte de integração entre Brasil e Paraguai, em Foz do Iguaçu, no Paraná. Em seu discurso, Lula ironizou os países que constroem muros enquanto os sul-americanos buscam uma maior proximidade no continente.

"Enquanto tem gente querendo construir muro para as pessoas não passarem para o seu país, enquanto tem gente querendo fazer guerra para que o outro não passe para o seu lado, nós aqui, latino-americanos, queremos dizer ao mundo que somos da paz", afirmou o petista.

O recado é uma farpa contra o governo de Donald Trump, que se elegeu tendo como uma de suas principais promessas a construção de um muro entre o território americano e o México.

Apesar do entusiasmo do presidente brasileiro, o sistema de som do evento teria apresentado uma falha, o que irritou Lula. Diante do problema, Lula decidiu abandonar o palco e ir até o público para conversar diretamente com os presentes.

Quem também participou da cerimônia foi a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que voltou a criticar a aprovação do projeto de lei (PL) da dosimetria. A proposta reduz as penas dos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. "É sem anistia e sem dosimetria porque nós precisamos ficar com isso para a história. Nunca mais há de se repetir um golpe contra a democracia", disse Gleisi.

Ponte teve R\$ 1,9 bi de investimentos

A obra, que contou com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento, teve investimento de R\$ 1,9 bilhão dos dois países e terá o tráfego liberado de forma gradual. Nesta primeira fase, para caminhões sem carga nos dois sentidos.

O evento, na nova aduana Brasil-Paraguai, marca a entrega da segunda ligação viária sobre o rio Paraná entre as duas nações, seis décadas depois da inauguração da Ponte da Amizade.

Hoje, a única conexão viária entre os dois países na região recebe um fluxo diário de 100 mil pessoas e 45 mil veículos, segundo a Receita Federal.

A Ponte da Integração tem 760 metros de extensão e um vão-livre de 470 metros, o maior do continente, além de duas pistas simples com 3,6 metros de largura cada.

A estrutura do tipo estaiada é sustentada por duas torres de 190 metros de altura, o equivalente a edifícios de aproximadamente 54 andares. A ponte liga Foz do Iguaçu à cidade paraguaia de Presidente Franco.

A funcionalidade da ponte está diretamente associada a um conjunto de intervenções no lado brasileiro, com destaque para a Perimetral Leste.

A nova rodovia reorganiza o fluxo de veículos pesados na região, contribui para a mobilidade urbana e a segurança viária. Com 14,7 quilômetros de extensão, a via conecta a BR-277 à ponte, desviando o tráfego de caminhões do centro urbano de Foz do Iguaçu.

Na primeira semana de operação, já foram registrados mais de 10 mil veículos em circulação. A obra contempla ainda a construção de duas novas aduanas e seis viadutos.

“A ponte será um motor de prosperidade para Foz do Iguaçu e região. Ao otimizar o fluxo comercial e turístico, estamos não apenas entregando uma infraestrutura moderna, mas promovendo um reordenamento urbano que devolve qualidade de vida à população”, destacou o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Enio Verri.

Fonte: Valor Econômico SP

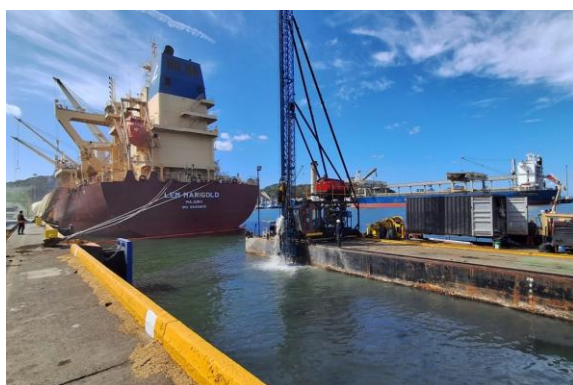
Data: 19/12/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DERROCAGEM DE ROCHA SUBMERSA É REINICIADA NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Da Redação Portos e logística 19/12/2025 - 19:21



A administração portuária de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, informou, nesta sexta-feira (19), que foram reiniciados os trabalhos para a retirada de uma rocha de 370 metros cúbicos que está a 10,5 metros de profundidade próximo a um dos berços de atracação. A obra, explicou a autoridade portuária, visa garantir profundidade de 14 metros no local e é feita em duas etapas, tendo a primeira sido realizada em janeiro e durado um mês para não paralisar por período longo o berço, que recebe graneleiros.

A retomada coincide com o fim da safra de soja. A autoridade portuária explicou que, por causa da pedra, as embarcações têm que fazer manobra extra para continuar o carregamento sem que o fundo da encoste nela. Isso aumenta o tempo de movimentação e até em R\$ 100 mil o custo por cada atracação. O aumento da profundidade permitirá o embarque de mais 1,5 mil toneladas em cada navio.

A derrocagem é feita sem o uso de explosivos, atendendo a condicionante imposta pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para conceder a licença ambiental do Ibama. São usados martelos de fundo e rompedores hidráulicos para fragmentar a rocha e um guindaste para retirar o material, o que reduz o impacto sobre o ambiente.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 19/12/2025

FABRICANTE CHINESA DE BATERIAS AVALIA INVESTIMENTOS EM PROGRAMAS DE ENERGIA LIMPA EM SUAPE

Da Redação Portos e logística 19/12/2025 - 18:37



A autoridade portuária do Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) recebeu, na última terça-feira (16), visita de representantes da empresa chinesa Contemporary Amperex Technology (CATL), uma das maiores fabricantes de baterias para veículos elétricos do mundo e que atua com sistemas de armazenagem de energia. Segundo a administração portuária, os chineses têm interesse em desenvolver no estado projetos de eletrificação da infraestrutura pública, ações de descarbonização das operações portuárias e de armazenamento de energia limpa.

Os representantes da empresa chinesa conheceram o Programa Carbono Neutro de Suape, que estrutura a estratégia para a transição energética e a redução das emissões de gases de efeito estufa. Segundo a autoridade portuária, o programa integra iniciativas que envolvem hidrogênio verde e seus derivados, como o e-metanol, a eletrificação das operações portuárias, sistemas de armazenamento de energia, eficiência energética, ampliação do uso de fontes renováveis e a geração de energia elétrica a partir de etanol, como alternativa de baixo carbono para aumento da resiliência energética do complexo. A meta é alcançar até 2038 a neutralidade em carbono.

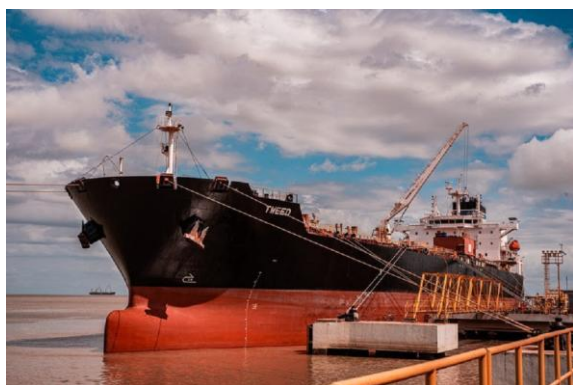
Durante a visita, o diretor-presidente de Suape, Armando Monteiro Bisneto, mostrou aos chineses a estrutura do complexo e apresentou os projetos que estão sendo desenvolvidos para uso de energia limpa. “Podemos mostrar nossa infraestrutura, diferenciais logísticos e áreas disponíveis para novos investimentos”, explicou Bisneto. O gerente regional Brasil do Sistema de Armazenagem de Energia em Bateria, Filipe Li, elogiou as instalações e confirmou a possibilidade de investir em programas energéticos no complexo pernambucano. “Vamos tentar trazer soluções que possam potencializar Suape e o governo de Pernambuco”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 19/12/2025

COM ALTA DE MAIS DE 4%, PORTOS DO NORDESTE MOVIMENTARAM 7,7 MILHÕES DE TONELADAS EM OUTUBRO

Da Redação Portos e logística 19/12/2025 - 17:28



O Ministério de Portos e Aeroportos (Mpor) informou nesta sexta-feira (19), com base em dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que os portos da região Nordeste registraram em outubro movimentação de 7,7 milhões de toneladas, com alta de 4,05% em relação ao mesmo mês de 2024. Segundo a Pasta, o resultado foi influenciado pelo desempenho dos graneis sólidos, que, com 3,6 milhões de toneladas movimentadas, cresceu 8,72% em relação a outubro do ano passado.

No caso das cargas containerizadas, de acordo com o levantamento, o incremento foi de 2,13%, e o volume atingiu 1,1 milhão de toneladas, enquanto na carga geral a movimentação alcançou 269 mil toneladas, com aumento de 2,24%. Já nos graneis líquidos, o movimento de 2,7 milhões de toneladas representou queda de 0,63%.

O Porto de Itaqui, no Maranhão, liderou a movimentação de cargas na região em outubro de 2025, com 3,2 milhões de toneladas, seguido por Suape, em Pernambuco, com 2,2 milhões de toneladas, Salvador, na Bahia, com 630 mil toneladas, Aratu, no mesmo estado, com 503 mil toneladas, e Fortaleza, no Ceará, com 376 mil toneladas.

Por tipo de mercadoria, o maior movimento foi de petróleo e derivados sem óleo bruto, com 1,7 milhão de toneladas, enquanto a movimentação de soja chegou a 1,3 milhão de toneladas, a de contêineres, a 1,1 milhão de toneladas, a de adubos foi de 610 mil toneladas e de petróleo e derivados com óleo bruto, de 502 mil toneladas.

O levantamento revelou que o maior volume movimentado foi em navios de longo curso, com 5,1 milhões de toneladas e alta de 5,10%, enquanto na cabotagem o total foi de 1,8 milhão de toneladas, com queda de 0,41%. Na navegação interior, a movimentação chegou a 94 mil toneladas, com alta de 178,58%.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 19/12/2025

RONALDO TARANTO ASSUME CARGO DE MANAGING DIRECTOR (MD) – SAAR GLOBAL ANUNCIA INCORPORAÇÃO À HOLDING SUÍÇA IMA

Da Redação Indústria naval 19/12/2025 - 17:06



Ronaldo Taranto assume cargo de Managing Director (MD) da Saar Global Brasil, mantendo atuação no desenvolvimento de novos negócios

A Saar Global GmbH, empresa de apoio logístico com sede na Alemanha, informou que, desde de 1º de dezembro, faz parte da holding suíça IMA – Industrial Management AG, grupo internacional com representações na Alemanha, na Suíça, nos Estados Unidos e na Argentina e apoiado por hubs internacionais e presença comercial no México, na Colômbia, na Bolívia, no Equador, no Peru, no Chile, na

Espanha, em Dubai, no Japão, na Austrália e no Brasil. Segundo a empresa, suas operações na Alemanha serão lideradas por Christopher Oszwald, Chief Operating Officer (COO), executivo que integra a holding desde 2023 e tem experiência internacional em gestão corporativa e desenvolvimento de negócios.

No Brasil, Ronaldo Taranto (foto) assume o cargo de Managing Director (MD) da Saar Global Brasil, mantendo também sua atuação no desenvolvimento de novos negócios, com foco na expansão regional. De acordo com Taranto, a integração fortalece a capacidade para atender demandas de companhias do setor de petróleo e gás e da indústria naval de suprimentos e manutenção, por meio de oferta internacional mais eficiente, mais rigor em controle de qualidade e conformidade, além de capacidades ampliadas de logística para apoiar projetos complexos e operações industriais do dia a dia, em contextos locais ou internacionais.

Como parte da integração, três novas unidades de negócio foram incorporadas à Saar Global GmbH: Saar Procurement & International Gestão, para estratégias de compras globais; Saar Inspection Inspeção técnica, na área de controle de qualidade; e Saar Logistics & Fulfilment - Industrial Services Armazenagem, para gestão de inventário, embalagem, serviços industriais, soluções customizadas para processos industriais e suporte operacional.

De acordo com a Saar, esse movimento amplia sua capacidade de atendimento nas áreas de fornecimento, inspeção, logística e fabricação de peças e soluções customizadas. Ainda segundo a empresa, reforça seu posicionamento como plataforma de serviço completo, ampliando a capacidade de oferecer soluções em diferentes escalas e com eficiência.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 19/12/2025

RENOVAÇÃO DA FROTA DA TRANSPETRO PREVÊ CONFIGURAÇÃO MULTICOMBUSTÍVEL

Por Danilo Oliveira Indústria naval 18/12/2025 - 21:24



Editais da companhia para futuros navios exigem que unidades sejam até 20% mais eficientes em termos de consumo, propiciando redução de 30% nas emissões de gases de efeito estufa

A Transpetro tem, em diferentes estágios, três editais para a construção de um total de 16 navios previstos no atual plano de negócios da Petrobras. Nos três processos em curso, para petroleiros, gaseiros e MR1 (medium range), a empresa exige que os navios incorporem soluções de eficiência energética e de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE),

conforme as diretrizes da Organização Marítima Internacional (IMO) para a descarbonização do setor até 2050. O presidente da Transpetro, Sérgio Bacci, destaca que o programa de renovação e modernização da frota da companhia prevê que todos os novos navios poderão utilizar diferentes tipos de combustíveis renováveis, além do bunker.

“Os novos navios que estamos construindo já virão com tecnologia de aceitar uma segunda opção de combustível para eles poderem funcionar”, disse à Portos e Navios. Bacci chamou a atenção que os navios de diferentes tipos de operação no mundo vão precisar estar preparados para as soluções dos chamados ‘combustíveis do futuro’ nas próximas décadas. Ele ponderou que, apesar dos avanços nos testes de diferentes insumos em desenvolvimento no transporte marítimo mundial, é preciso continuar acompanhando as decisões globais que ditarão quais deles serão adotados e qual será a disponibilidade em portos de diferentes continentes.

As novas embarcações da Transpetro poderão ser abastecidas alternativamente com biocombustíveis como o etanol, estarão aptas para atuar em portos eletrificados e contarão com equipamentos modernos que contribuirão para a redução da pegada de carbono. De acordo com a Transpetro, os futuros navios deverão ser até 20% mais eficientes em termos de consumo, propiciando uma redução de 30% nas emissões de GEE.

O presidente da Transpetro ressaltou que mesmo os principais portos do mundo não têm capacidade de ter diversos tipos de combustível para abastecer segundo a preferência de cada um. “Os navios sairão dos estaleiros já com essa possibilidade de ter outro tipo de combustível. Vamos esperar para ver qual será esse combustível do futuro”, comentou.

Bacci lembrou que a Petrobras vem obtendo bons resultados com a solução do bunker B24, porém observa que diferentes países fabricantes e armadores estudam outros tipos de combustíveis, como hidrogênio, amônia e metanol. “Qual será [a solução]? Não sabemos. (...) Ninguém consegue dizer qual será o combustível. A Petrobras oferece o B24, mas temos que pensar que poderão existir outras soluções de combustíveis do futuro”, analisou.

Em novembro, a Petrobras abasteceu três navios da Transpetro com bunker composto por 24% de biodiesel, no Terminal Aquaviário de São Sebastião (Tebar), em São Paulo. A Petrobras forneceu o biocombustível (PBio) para abastecimento dos navios Zumbi dos Palmares, com aproximadamente 1.300 toneladas, e as embarcações Rômulo Almeida e Carlos Drummond de Andrade, com cerca de 400 e 300 toneladas, respectivamente. Na ocasião, a companhia destacou que foi utilizada uma solução drop-in, que pode ser usada pela frota existente sem necessidade de adaptações técnicas, o que posiciona o Brasil como uma alternativa competitiva para o suprimento de combustíveis marítimos sustentáveis.

Etanol

A Transpetro também estuda junto à Petrobras investimentos em terminais no Centro-Oeste e, posteriormente, em dutos para transportar o etanol produzido no interior do país para regiões da costa brasileira. A empresa identifica um forte crescimento do consumo de combustível no Centro-Oeste, região onde a empresa não está presente atualmente.

Segundo Bacci, a Transpetro está preparando um projeto para apresentar para a presidente e para o conselho Petrobras, a fim de expandir os terminais da subsidiária, levando a malha principalmente para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. “Pensamos em ir para o Centro-Oeste para descer com etanol, que está crescendo muito lá. Hoje, o etanol vem ou de trem ou de caminhão. A ideia é ir para o Centro-Oeste e descer com dutos”, projetou.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 18/12/2025

SAAM TOWAGE RECEBE CERTIFICAÇÃO POR OPERAÇÕES NEUTRAS EM CARBONO NO BRASIL

Da Redação Portos e Logística 18/12/2025 - 20:06



A Saam Towage obteve, pelo terceiro ano consecutivo, a certificação internacional PAS 2060 no Brasil, que reconhece a neutralidade de carbono de suas operações no país. Segundo a empresa, que opera em 18 portos brasileiros com 67 rebocadores, além de ações operacionais que reduziram as emissões de escopo 1 e 2, ela adquiriu créditos de carbono para compensar 100% dessas emissões.

Juliana Soares, coordenadora de Sustentabilidade para o Brasil, disse que a certificação reconhece o compromisso da Saam com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. “A conquista desse marco

demonstra, mais uma vez, o alinhamento consistente das práticas da nossa companhia com os mais altos padrões ambientais e climáticos”, afirmou

Segundo Juliana, a certificação motiva a Saam a continuar investindo na eficiência energética e na gestão ambiental, incluindo a redução e a compensação das emissões de gases de efeito estufa até 2030. “Nosso objetivo é continuar evoluindo, explorar novas maneiras de reduzir nossa pegada de carbono e inspirar outras empresas a seguirem o mesmo caminho”, disse.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 18/12/2025

CLIPPERSHIP CONTRATA CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÃO AUTÔNOMA MOVIDA À ENERGIA EÓLICA

Da Redação Indústria naval 18/12/2025 - 20:02



A Clippership, empresa que desenvolve embarcações autônomas movidas à energia eólica, anunciou, nesta quinta-feira (18), que assinou com o estaleiro holandês KM Yachtbuilders contrato de construção de seu primeiro navio cargueiro. A embarcação terá 24 metros, com duas asas rígidas dobráveis para propulsão primária a vento e foi projetada para autonomia em mar aberto.

Com capacidade de carga de até 75 europeletes em seu porão climatizado, será construída de acordo com

as normas da classificadora Rina e supervisionada durante a construção para ser classificada como Navio de Carga Geral – Veleiro Motorizado, com a notação adicional WAPS (Sistema de Propulsão Assistida por Vento). A embarcação vai navegar sob a bandeira maltesa, e o lançamento está previsto para o fim de 2026, com operações comerciais em rotas transatlânticas, caribenhas e sul-americanas.

O projeto naval foi desenvolvido pela Dykstra Naval Architects, especializada em veleiros, e a Glosten, empresa norte-americana de arquitetura naval e engenharia marítima, concluiu a engenharia estrutural da embarcação. O software de autonomia e o design de asa rígida estão sendo desenvolvidos pela própria Clippership.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 18/12/2025

ENGORDAMENTO DA PRAIA DE ITAPOÁ, PARTE DAS OBRAS NO ACESSO À BABITONGA, ATINGE 50% DO PREVISTO

Da Redação Portos e logística 18/12/2025 - 18:50



A administração do Porto de São Francisco do Sul (SC) informou, nesta quinta-feira (18), que o engordamento da Praia de Itapoá, iniciado em outubro, atingiu 50% do previsto, como parte da dragagem e aprofundamento do canal de acesso à Baía da Babitonga e aos portos de São Francisco do Sul e Itapoá. A recuperação da faixa de areia é feita com sedimentos retirados do fundo do mar e do total de 5,8 milhões de metros cúbicos, já foram colocados na praia 2,8 milhões de metros cúbicos.

Segundo a autoridade portuária, dos oito quilômetros de praia previstos, dois quilômetros foram finalizados, e três quilômetros estão incompletos, com a areia colocada na orla. A conclusão da obra está prevista para o segundo semestre de 2026, quando será possível a atracação de embarcações de até 366 metros de comprimento e com até 16 mil TEUs. Atualmente, o Complexo Portuário da Baía da Babitonga pode receber navios de até 336 metros, com até 10 mil TEUs.

A administração portuária informou que a obra, ao custo de R\$ 333 milhões, é resultado da parceria entre os portos de São Francisco do Sul, que é público, e o de Itapoá, terminal privado. Pelo acordo, o porto de São Francisco investirá R\$ 33 milhões, e o parceiro, R\$ 300 milhões. O ressarcimento a Itapoá será feito até 2037 com base no adicional de tarifas portuárias geradas pelo aumento do número de navios que atracarem e pelo aumento do volume de carga.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 18/12/2025

CAIO MOREL E SERGIO SALOMÃO - ABRATEC

Por Executivos 18/12/2025 - 18:41



A Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec) elegeu, em assembleia geral extraordinária em novembro, Caio Marcelo Morel Corrêa como seu presidente executivo para o período de 1º de dezembro de 2025 a 19 de agosto de 2026. Ele exercia desde 2020 a função de diretor executivo da entidade. Segundo a Abratec, Caio Morel assume a presidência em contexto de complexidade regulatória e de transformações estruturais no setor.

Morel terá como missão assegurar a previsibilidade regulatória, a segurança jurídica e um ambiente favorável aos investimentos em infraestrutura portuária. Na mesma reunião, foi criado o cargo de presidente de honra, que passa a ser ocupado



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPING

Edição: 199/2025
Página 70 de 70
Data: 19/12/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

por Sergio Henrique Salomão. A escolha foi definida pela Abratec como reconhecimento por sua contribuição à associação e por sua trajetória marcada pela construção de consensos, pela defesa técnica qualificada e pelo fortalecimento institucional da entidade no cenário nacional.

Fonte: Portal Portos e Navios RJ

Data: 18/12/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 19/12/2025